

Revista da Extensão

Nov 2017 / N° 15

ISSN 2238-0167

Entrevista com

Fernando Delfino de Freitas Fuão

A UFRGS no Projeto Rondon

Laboratório de empreendedorismo na UFRGS: despertando o interesse dos alunos pela cultura empreendedora

As ações de Extensão Universitária na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro: avanços e desafios

Sistema de gestão ambiental no SENGE-RS utilizando a ferramenta desenvolvida na UFRGS

Mais dança na escola: apreciação estética e formação

Grupo Viveiros Comunitários: 20 anos em prol da biodiversidade

Resgatando o Patrimônio Musical de Diamantina

Projeto integrado de conscientização infantil nos âmbitos da alimentação, higiene e sustentabilidade

DESTAQUE DO SALÃO DE EXTENSÃO UFRGS 2016

Jogos teatrais e Viewpoints em uma escola municipal de Porto Alegre: a experiência do projeto de extensão Teatro e dança com alunos surdos IV

A Extensão vista de perto

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Apresentação

Fronteiras delimitam países, divisas separam estados de uma federação, limites dividem bairros em uma cidade. Seja qual for a nomenclatura, todas são linhas imaginárias, convenções sociais criadas para estabelecer espaços de poder, para o exercício não apenas de soberanias, mas também de exclusão. Em nossa triste realidade atual, na qual países deixam acordos comerciais em nome de interesses nacionalistas, em que regiões buscam o separatismo e no qual grandes líderes propõem a construção de muros para barrar a entrada de imigrantes, essas linhas têm tido enorme relevância. Vão bem além do imaginário.

A extensão universitária, por excelência, age na contramão. Sua função principal é derrubar esses muros inventados e mergulhar na realidade da sua comunidade, transmitindo e recebendo dela conhecimentos inestimáveis, numa troca rica, onde todos ganhamos. Este é um dos ensinamentos mais especiais que a entrevista com o Professor Fernando Fuão, da Faculdade de Arquitetura, nos traz nesta edição. Um dos extensionistas mais atuantes da UFRGS, Fuão nos mostra em seu depoimento o choque que teve quando resolver transpor os muros da Universidade para mergulhar no mundo dos recicladores. Seu trabalho junto a esses verdadeiros heróis do nosso dia-dia, desenvolvido há mais de uma década, é absolutamente fascinante.

Ainda buscando romper as linhas imaginárias que tanto nos freiam, a **Revista da Extensão** tem a satisfação de, mais uma vez, receber em seu rol de artigos trabalhos qualificadíssimos de outras instituições. Foi impossível selecionar todos: para nossa satisfação, recebemos uma quantidade enorme de interessados, de diversas partes do Brasil. Dentre tantos ótimos trabalhos, decidimos destacar um da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e outro da Fundação João Pinheiro, ambas instituições de Minas Gerais. Isso sem falar no Projeto Rondon, que há exatos 50 anos rompe as divisas e limites estabelecidos Brasil afora.

Não há outro modo de se fazer extensão. É rompendo as linhas de exclusão, é se aproximando da comunidade. É buscando incessantemente esta troca de saberes e compartilhamento de realidades. Afinal, trancar portas, tapar ouvidos e erguer muros são ações que, ao contrário de trazer uma suposta segurança, só nos conduzem à ignorância –que é a mãe do medo e de todos os preconceitos.

Vicente Fernandes Dutra Fonseca

Editor Assistente

Editorial

Revista
da Extensão

Este é o número 15 da **Revista da Extensão** da UFRGS, que chega agora às suas mãos trazendo reflexões sobre a riquíssima relação recíproca do mundo acadêmico com o mundo “lá fora”, ou seja, com a sociedade.

Sabemos que a universidade, como o próprio nome já diz *unvorsum* - "tudo girando como um" - é um espaço que possibilita a agregação em convivência de inúmeros saberes heterogêneos. É um espaço educativo, base para a formação dos estudantes e sua transformação em profissionais, mas também é um espaço para estender os limites do conhecimento, inserindo fortemente a criatividade e a inspiração

Na universidade, a via mais expressiva do compromisso social que lhe é atribuído chama-se Extensão, fundamental na formação de um profissional comprometido com a apropriação e produção do conhecimento científico focado na realidade social que o circunda e na qual está indelevelmente inserido.

A Extensão, entendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, que, sob o princípio da indissociabilidade, promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2010), é vista aqui na forma de artigos que revelam diferentes modos de fazer, diferentes processos e formas, bem como os aspectos que envolvem este contato direto com a vida que pulsa fora dos muros das universidades.

E, quando dizemos universidades, isto se aplica especialmente à proposta da **Revista da Extensão**: que tem recebido, para nossa alegria, material de diversas Instituições de Ensino Superior do Brasil, bem como significativo número de artigos resultado de projetos oriundos de nossa própria Universidade.

Falar sobre música, dança, meio ambiente/gestão ambiental, sustentabilidade, higiene, inclusão pela arte, empreendedorismo e política e administração pública, em ações, sejam nas áreas rurais sejam nas urbanas, todas referenciadas socialmente, nos coloca frente a frente com o “Universo” de que falávamos no início deste editorial.

Este é o espírito da **Revista de Extensão**: apresentar a riqueza e diversidade de nossa sociedade, as possibilidades que se abrem para todas as áreas de conhecimento, a necessária reflexão que a Extensão necessita realizar sistematicamente e a inspiração que viver a realidade cotidiana pode trazer para os currículos e pesquisas do mundo acadêmico.

Claudia Porcellis Aristimunha

Editora

Sumário

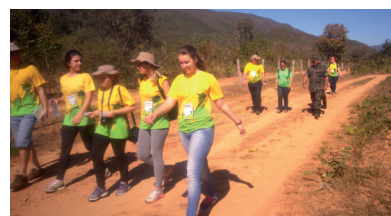
Entrevista com
Fernando de Freitas Fuão

04



A UFRGS no Projeto Rondon

15



Laboratório de Empreendedorismo na
UFRGS: despertando o interesse dos
alunos pela cultura empreendedora

20



As ações de Extensão Universitária na
Escola de Governo da Fundação João
Pinheiro: avanços e desafios

27



Sistema de gestão ambiental no SENGE-RS
utilizando a ferramenta desenvolvida
na UFRGS

35



Revista da Extensão

44

Mais dança na escola:
apreciação estética e formação



50

Grupo Viveiros Comunitários: 20 anos em
prol da biodiversidade



55

Resgatando o Patrimônio Musical de Diamantina



63

Projeto integrado de conscientização infantil nos âmbitos da
alimentação, higiene e sustentabilidade



69

**Destaques do
Salão de Extensão UFRGS 2016**

Jogos teatrais e Viewpoints em uma escola municipal de
Porto Alegre: a experiência do projeto de extensão Teatro e
dança com alunos surdos IV



A close-up portrait of Fernando Freitas Fuão, a middle-aged man with short, graying hair, wearing a red t-shirt. He is looking directly at the camera with a neutral expression. The background is blurred, showing what appears to be an indoor setting with other people.

Entrevista com Fernando Freitas Fuão

Entrevista: Vicente Fonseca

Transcrição da entrevista: Andrielle Prates e Isabel Chiele Cony Marques dos Santos

Fotos: Ramon Moser e Fernando Freitas Fuão (arquivo)

Revista da Extensão: Vamos começar falando da tua trajetória. A tua formação foi na Universidade Federal de Pelotas, certo?

Fernando Fuão: Isso. Essas coisas já me parecem muito distantes. Eu me formei em 1980 na UFPEL, no início do curso de Arquitetura de lá. Muitos professores que davam aula por lá tinham se formado aqui na UFRGS. Era um pouco o pessoal da ala esquerda que foi para lá em busca de trabalho. Muitos professores aqui da Arquitetura já tinham sido expurgados. Então, aquela formação de curso, embora precária, tinha uma grande base política. Isso me ajudou muito, me constituiu, alicerçou toda a minha trajetória posterior. Tenho o orgulho de ter recebido o diploma pelo Demétrio Ribeiro. Nasci lá, sou pelotense de raiz, e fiquei por muito tempo em Pelotas. Dei aula por dois anos, e depois fui pra Espanha, em 1987. Voltei num período muito entusiástico aqui, de conflito, e fiquei completamente “chocado”. Vim diretamente dar aula no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, e fiquei como recém-doutor um tempo. Cheguei na UFRGS em 1992, mas foi em 1995 que eu ingressei oficialmente. Então, comecei a dar aula aqui. Naquele tempo, a gente não questionava muito as questões políticas dentro da arquitetura.

Revista da Extensão: O período pós-Constituinte...

Fernando Fuão: Foi um período muito tranquilo

economicamente, com a entrada do Plano Real... Mas, dentro da Arquitetura, eu comecei a me incomodar com alguns temas de projeto arquitetônico. Comecei a me dar conta de que não se tocava em temas sociais; a gente trabalhava muito em centro cultural, reestruturação de pequenos espaços urbanos, praças, reciclagem de prédios históricos... E eu, praticamente, não conhecia nada da periferia de Porto Alegre. Hoje eu digo: dois terços da nossa Capital é periferia e um terço é cidade oficial, “figurativizada”. Aí, nessa época, lá por 2002, 2003, conheci uma ONG chamada CAMP (Centro de Assessoria Multiprofissional) e conheci o Pedro Figueiredo. Ele me convidou um dia pra ir aos galpões de reciclagem. E aí, foi uma “porrada” na minha cabeça. Eu acostumado a lidar e trabalhar com esse requinte estético que têm os arquitetos, a História da Arte, a Estética e também aquilo que hoje eu já chamo de “afetação” dos arquitetos (risos). Nessa época ninguém se interessava por esses temas, a não ser os movimentos sociais que estavam realmente ali, trabalhando naquilo. Isso foi um choque muito grande pra mim. Resolvi tomar outro rumo dentro da Arquitetura, completamente dissociado dos temas e práticas de projeto arquitetônico no ensino, que vinham sendo praticados ali, voltados sempre para uma população classe média e/ou elite.

Revista da Extensão: E como foi o começo de sua trajetória na extensão?

Fernando Fuão: Logo depois disso, montei uma

pesquisa, chamada “Galpões de Reciclagem: um estudo tipológico e normativo”. A ideia era melhorar as qualidades de vida e de trabalho desses recicladores nesses galpões. Aí eu consegui duas bolsistas, a Camila Bernardelli e a Camila Rocha. Circulamos de galpão em galpão, passamos por vários, mas a gente se deteve num, que era o Galpão Profetas da Ecologia, coordenado, naquela época, pela Eliane Nunes Perez, e ali ficamos. Ficamos pesquisando, e, nesse meio tempo, a gente resolveu montar um projeto de extensão. A pesquisa não dá conta, e aí a gente resolveu fazer “pesquisação”, misturando pesquisa com extensão. Nesse mesmo momento, começamos, eu e os colegas, Julio Cruz, Douglas Aguiar e o Rufino Becker, que também estavam interessados nesses temas sociais, a colocar como temas de projetos arquitetônicos, como, por exemplo, os galpões de reciclagem, restaurantes populares, sede de associações de bairro...dentro do atelier de Projeto

7, que fica lá no cume da carreira. E aí começou praticamente a minha trajetória na extensão. A partir daí, a gente não parou mais, só nos “afundamos” nesse mergulho da extensão.

Revista da Extensão: Como era o trabalho no Profetas da Ecologia?

Fernando Fuão: Lá no Profetas, a gente ficou quase três anos, até termos algumas divergências com a coordenação, e nos afastamos. Foi um período muito frutífero para nós; o resultado disso foi uma pequena coleção chamada “Inscritos no Lixo”, que também é o nome de um *blog* que tenho (inscritosnolixo.blogspot.com.br). São três livros: “Memórias dos Profetas”, de Pedro Figueiredo; “Diários Messiânicos”, de Bruno Mello; e “*Lixivia (i)mundi*”, de Fernando Fuão. Nesse período, o Pedro, que trabalhava na ONG CAMP, foi morar num Galpão de reciclagem do Profetas da Ecologia

2, e começou a montar um diário. Um dia ele me mostrou esse diário, e eu digo; “bah, isso aí é fabuloso”. E nesse meio tempo, sem eu saber, o Bruno da arquitetura, que participava também dessa ação, estava simultaneamente estudando uma disciplina da Antropologia e fazendo seus diários de campo da extensão. Algum tempo depois, ele me aparece com um material e pergunta: “Fuão, isso tem possibilidade de ser publicado?”. Eu disse que: “sim, tem possibilidade, mas no momento não vejo”. Isso já faz muito tempo e deixamos no *stand by*. Agora, no ano passado, com um esforço incrível da Sandra de Deus (Pró-Reitora de Extensão) e do DEDS, através da Rita Camisolão, conseguimos publicar esses três livros, foi muito legal e estão disponíveis gratuitamente na PROEXT. Mas o que eu quero dizer com isso é que, quando a gente estava no Profetas, a gente conseguiu juntar a visão do educador popular Pedro Figueiredo, escrevendo sobre o cotidiano do galpão; do Bruno, de fora do galpão, vendo e escrevendo por uma outra perspectiva; e a minha, mania de professor, sempre tentando levar para um conceito e teorização mais geral. Assim, conseguimos um resultado mais abrangente sobre uma experiência, o material se tornou denso, porque traduzia a realidade do cotidiano ali, em minúcias e filigranas.

Geralmente, os relatos de extensão ocultam muitos pequenos detalhes, porque não têm espaço para descrever isso, pois são formatados dentro da lógica da cientificidade, perdendo para a narrativa vivencial. Acho que se constituem uma referência para a extensão. Também montamos uma ação de extensão, baseada numa outra associação de catadores, à qual, também, o Pedro, me levou para conhecer. Era algo que nem se pode chamar de galpão; funcionava ali embaixo do Viaduto da Conceição, onde tem uma floricultura. Ali trabalhava o Matias, que era um ex-morador de rua; naquela época, ainda morador de rua. Ele morava e fazia reciclagem embaixo do viaduto, com um grupo de coletivo, os quais eram moradores de rua.

Revista da Extensão: Isso já era lá por 2006?

Fernando Fuão: É, deve ser em 2006. Acho que a gente começou em 2005 esse trabalho, oficialmente. O Matias é brilhante, ficamos encantados por ele. Digamos assim, nos apaixonamos um pelo outro. Ele me disse: “professor, eu tenho aqui uns estudos de arquitetura, quero montar uma comunidade”. E me apresentou um pequeno esboço, uma planta num papelão, de como queria constituir uma comunidade, que deveria ter um



Galpão Profetas da Ecologia



Livros da coleção "Inscritos no Lixo"

edifício comum de moradas, e essas moradas, segundo seu desenho, tinham três hierarquias: privada, semiprivada e semipública, e pública. Ou seja, era um edifício, em que ele propunha que a maior parte das atividades que constituíam uma habitação, um apartamento, deveria ser coletiva. E desse coletivo de morada, ainda teria outra diferenciação, que seria o mais público, no qual, às pessoas do entorno que se relacionassem com essa comunidade de recicladores seriam oferecidos serviços de lavanderia, padaria, entre outros. Nessa época, estavam trabalhando comigo como extensionistas as atuais arquitetas Fernanda Schan e Michele Raimann. Também, nessa época, aconteceu um concurso da Caixa Econômica Federal, de habitação popular, e a Fernanda pegou a carona do projeto do Matias, a Associação Catadores Novo Cidadão, e elaborou o projeto, encaminhou para o concurso e ganhou o 1º prêmio da Caixa como estudante. Para nós foi muito legal isso, para ela também.

Revista da Extensão: O Matias tinha certo talento, então?

Fernando Fuão: Muito talento, muito talento.

E, claro, os arquitetos entram nesse universo achando que podem resolver tudo com um projeto arquitetônico. Logo caiu a ficha que não se resolvia nada, quase nada, com projeto arquitetônico. Aprendemos com o Matias que havia coisas muito mais emergenciais que a arquitetura e seus projetos arquitetônicos, como a questão da saúde (todo mundo tinha HIV ou tuberculose), ou de que não tinham dinheiro pra transporte público, nem para pegar os remédios da Farmácia Popular; naquela época, não tinha a distribuição do coquetel. Não tinha comida mesmo! Aí, entrei em contato com a professora Ana Maria Dalla Zen, que é uma das lendárias figuras da extensão, isso porque o Matias tinha vontade de fazer uma revista de moradores de rua. Eu disse “puxa, quem é que eu vou procurar?”. E a Ana foi trabalhar conosco, e junto a Helenice Porcela, ficamos lá com o Matias, acho que um ano lá, trabalhando, muito legal essa experiência. Lembro-me até hoje da Jurema, uma



Simbolo Universidade na Rua

recicladora de olhos verdes, fantasiada de Papai Noel na festa de Natal promovida pelo Matias. Até o Fogaça apareceu por lá. O Matias dizia que um dos dias mais tristes para o morador de rua é a interminável noite de Natal, pois todos estão em suas casas comemorando com suas famílias, e os moradores de rua, afastados de todos seus entes queridos, então se veem na mais profunda solidão. Depois, a gente se afastou da Associação e do Matias. Quanto à Jurema e à Dona Hilda, outra recicladora, voltei a reencontrá-las posteriormente no projeto Universidade na Rua e na ação do Profetas da Ecologia, respectivamente. Nunca mais vimos o Matias, sei que andou pela Europa. Essa ação foi um desses projetos que estão perdidos no tempo, que a gente não conseguiu os objetivos que queria, e nem eles também. Mas a Universidade sempre ganha muito com essas experiências de extensão, é uma troca nem sempre simétrica, mas muito, muito forte.

Revista da Extensão: Quando foi que chegaste à conclusão de que apenas a pesquisa não daria conta de toda a necessidade que o teu trabalho foi adquirindo, à medida que ele foi se desenvolvendo?

Fernando Fuão: O galpão de reciclagem é um vício mesmo. Tu entras e parece que não consegue mais sair. Todas as pessoas que entram nesse

universo do lixo, seja por necessidade, ou através de colaboração, através de ONGs, ou academia, ficam atadas. O lixo tem uma atração, o processo da catação é uma relação que tem muito a ver com a questão da adição. Não é à toa que a catação, o crack e outras coisas estão interligadas... Porque é um fascínio que esse negócio dá, ao te debruçares sobre o lixo e começar a entender todo o processo de constituição da exploração do mundo que se dá na sociedade de consumo, do capitalismo. Se tens uma preparação prévia política, em seguida consegues montar toda essa cadeia. Todo esse pessoal que trabalha com recicladores e moradores de rua, como ONGs que estão há anos nessa vida, muitas delas não conseguem mais sair. A pesquisa não dá conta exatamente por isso, porque falta envolvimento com as pessoas, com o humano. Se vais fazer uma pesquisa, e comesas a analisar somente as questões objetivas materiais dos galpões de reciclagem, e te esqueces das relações interpessoais que estão atravessadas nesse galpão, logo percebes a fragilidade e falsidade da tua investigação. Tu observas que a questão não é só o projeto arquitetônico que soluciona, que há outras coisas por trás disso, podes até montar um projeto bem razoável, mas às vezes as relações que se dão dentro desse galpão acabam desestruturando tudo aquilo que tu montaste, perdendo a validade. Então, era preciso vivenciar mais esses galpões, conhecer mais o cotidiano dos recicladores, para que a gente conseguisse entender realmente a situação, ao ponto de se constituir numa pesquisa profunda até se chegar em alguma proposição. Numa pesquisa, em termos de viabilidade de financiamento, tu não podes passar um ou dois anos estudando um galpão, somente do ponto de vista arquitetônico. Não sei como, mas a gente ficou quase oito anos trabalhando em cima disso, permanecendo em três galpões antes de montar o *Manual de como construir e reformar um galpão de reciclagem* (CNPq, PROPESQ, PROEXT, PROEXT, FARGS, CAMP) disponível gratuitamente também no *blog Inscritos no lixo*. Era preciso vivenciar essas experiências, para poder entender o cotidiano efetivo desses galpões, o uso desses espaços, o modo de vida e produção dos



Imagem da capa do manual

recicladores e moradores de rua.

E a gente chegou num determinado momento, em que entendeu que não haveria uma resposta única para essa problemática dos galpões; então, optamos por algumas sugestões ou recomendações de melhoria dos galpões no Manual. Nos pautamos muito pelos resultados dessa pesquisa, que foi financiada pelo CNPq, pelos galpões já existentes e nossas vivências de extensão... Não tínhamos muito que inventar em termos de forma dos galpões, tínhamos, sim, que melhorar a lógica de produção e resolver problemas construtivos para melhorar os ganhos das recicladoras. Por exemplo, quando o Pedro Figueiredo nos levou no Profetas da Ecologia 1, e disse: “olha, tem um pequeno problema: o Profetas é um galpão que tem um mezanino e um banheiro, lá em cima, está vazando a água do vaso sanitário em cima do balcão da cozinha”. É simples! Só tem que ir lá... É isso.

Revista da Extensão: Esse é o tipo de situação que te chocou no momento em que tomaste

conhecimento da realidade?

Fernando Fuão: Foi chocante. Chegamos lá no Profetas, e uma das primeiras coisas que conseguimos realmente foi solucionar o problema do vazamento, mas logo começaram a aparecer outros problemas sérios. No antigo galpão, havia uma montanha de lixo; o local não tinha uma gaiola para colocar os sacos de lixo para fazer a separação. O caminhão do DMLU chegava e despejava tudo diretamente no chão, formando uma montanha de saco de lixo. Eles trabalhavam no esquema de mesas de separação, eram quatro trabalhando em cada mesa, e, em cada mesa, uma das recicladoras era encarregada de pegar os sacos para abrir em cima da mesa e começar a separação dos materiais; naturalmente acabavam por pegar os sacos que ficavam na parte superior da montanha de lixo. Claro, os sacos de baixo ficavam ali uma, duas, três, quatro semanas... Aí um dia resolveram limpar, fazer a limpeza do galpão. Quando chegaram na parte de baixo da montanha de lixo, tinha uma ratazana criada ali embaixo, saíam ratos para todos lados do galpão. Nunca tinha visto tantos ratos juntos, era uma gritaria e correria só (risos). Uma vez, a gente resolveu se aventurar a trabalhar na mesa de triagem, e ficamos, acho que um mês, só trabalhando nas mesas. Foi verdadeiramente a grande aprendizagem sobre a separação dos materiais (tetrapack, pp, pet...). Claro, a gente ia uma ou duas vezes por semana, uma situação muito cômoda para nós, ia de tarde, saía, fazia o expediente, digamos assim... Mas, nos primeiros dias, apareceram “quinhentas” coisas: na mesa, uma das recicladoras, ao abrir uma sacola, apareceu um gato morto; noutra, apareceram absorventes íntimos junto com os resíduos secos, e aí, então, entendemos a importância de separar corretamente os materiais. Foi uma experiência muito “porrada” para quem não está acostumado, para quem vive nesse mundo em que o belo não fede. O arquiteto é isso: a beleza não fede né (risos)... Ao contrário, ela é quase perfumada. E a gente foi indo, avançando nesse território da desordem, dos rejeitos e cacos. Essa experiência nos oportunizou a participar do Projeto Rondon (2016), no Acre,

na cidade de Manuel Urbano. Participamos, eu, a Camila Rocha e a Camila Bernadelli. Foi nessa época que conheci também o renomado professor Ivaldo Gehlen, que também participou do Rondon e nos auxiliou na formação de uma Associação do pessoal que trabalhava lá.

Revista da Extensão: A Universidade tem muita extensão que é feita “para dentro”, oferecendo serviços a pessoas que a procuram. Tu fazes uma extensão “para fora”: saiu dos muros da UFRGS para enxergar a realidade e poder atuar em cima dela, gerar conhecimento a partir disso. Qual a importância que tu vêς nesta extensão “para fora”, que vivencia realidades tão duras como as que vocês experimentaram?

Fernando Fuão: Bom, para nós ela já não é tão dura, é *soft and pad* hoje em dia (risos). E há uma demanda muito grande de alunos que vêm me procurar, porque querem trabalhar exatamente nisso. Houve um câmbio na mentalidade dos estudantes dentro da Universidade. Já não é o mesmo aluno de cinco ou seis anos atrás. O melhor, para o conhecimento, seria entender que não há um dentro nem fora, o fora está dentro e o dentro está fora, tudo dentro e fora ao mesmo tempo.

Revista da Extensão: Entre outros aspectos, tu atribuis essa mudança às políticas de cotas?

Fernando Fuão: Certamente. A política de cotas é uma dessas conquistas políticas que está trazendo um grande benefício para a Universidade... Esses trabalhos de extensão, hoje em dia, têm uma grande procura por determinado número de alunos, alguns são cotistas. Pouco tempo atrás, não havia tantos. Com o ingresso das cotas, a gente tem dentro da Universidade um potencial muito grande com relação a isso, o que é superimportante. Retornando ao assunto, a gente sai de dentro da Universidade para aprender e fazer a troca de saberes lá fora. E logo nos damos conta de que esse não é um caminho legal, se for uma via de uma direção só, de dentro para fora. A gente tinha de trazer os recicladores para dentro da Universidade

também. E aí começamos a fazer um “rebolado”, um “remeleixo”, para ver como poderíamos trazer a contribuição deles para dentro da UFRGS, e seguimos tentando até hoje.

Revista da Extensão: Em teu blog, abriste em dezembro do ano passado um questionamento neste sentido, perguntando por que a Universidade não abre cursos para os recicladores, e por que eles não fornecem cursos de reciclagem em troca. Seria mais ou menos isso?

Fernando Fuão: Sim. Começamos a perceber que quem entendia mesmo de reciclagem, separar o copinho, latinha, isso e aquilo, eram os recicladores. Há professores altamente capacitados para fazer isso também, mas é uma questão ética e política. Se aquele que está lá na base tem condições de fazer isso, com o apoio de professores, por que não trazer esse pessoal para fazer a capacitação e a organização da coleta seletiva dentro da Universidade? Alguns cursos forneciam materiais diretamente para os galpões. Quando saímos do Profetas, por conta de alguns conflitos ideológicos com o Irmão Antônio Cechin, fomos buscar refúgio no Galpão Rubem Berta, quando o finado professor Nilton Fischer trabalhava lá. Permanecemos acho que dois anos lá. Esse período foi muito frutífero também, e uma oportunidade ter convivido e aprendido com o Fischer, e toda trajetória de conhecimento de extensão que carregava. Decidi na época levar essa experiência também para a graduação, e colocar como tema de projeto arquitetônico a reforma do Galpão de Reciclagem Rubem Berta. Trabalhamos junto com o Fischer e a Maria Elizabeth Azevedo de Castro, ele tinha vários mestrandos e doutorandos trabalhando lá que nos ajudavam muito, como o Tiago Cargnin e o Vinicius Lousada. Fizemos muitos amigos recicladores e recicladoras lá, teria que nomear por justiça o nome de cada um deles aqui. A gente sempre procurava trazer os recicladores para dentro da Universidade. Era uma mão de obra: tínhamos de conseguir ônibus da UFRGS ou juntar dois ou três carros e depois levá-los de volta ao Rubem Berta, que não é um

local tão perto assim. Uma das grandes críticas que sofremos é que, quando a gente se afasta de lá, fica um sentimento de abandono por parte deles. É um sentimento muito ruim, muito, muito ruim, mas não podemos permanecer indefinidamente num galpão. Acho que o Nilton Fischer, neste sentido, foi exemplar: ficou praticamente toda a vida acadêmica dele, até o falecimento, por lá. Mas, para mim era difícil, pois eu estava nesse universo da pesquisa e não conseguia ficar tanto tempo assim. Foi aí que começamos a perceber a importância da Universidade para esse pessoal todo. Então eu comecei a me indignar com todo o processo, até de seleção para dentro de uma universidade.

Revista da Extensão: Em que sentido?

Fernando Fuão: Certa vez, em uma entrevista, o Rubem Alves disse que a maior justiça que se pode fazer para o ingresso em uma universidade não é por cotas, mas por sorteio. Aquela frase parecia um paradoxo, uma piada, mas, na verdade, é a única que daria possibilidades de qualquer um ingressar. Bastaria a pessoa querer. E aí a gente vai descobrindo todas essas potências que são esmagadas já quando nascem. O galpão fica na periferia, e tu começa a ver que aquelas crianças todas que estão na volta nunca vão chegar numa universidade, sequer concluir o primeiro ou o segundo grau, que logo, logo, aos oito ou dez anos de idade, já vão receber um dinheirinho do traficante para vender droga. É muito triste perceber essa realidade. É como eu digo para os alunos: a universidade pública tem compromisso, sim, com a realidade social. É inadmissível que só estudantes de classe média, média-alta e “alta-alta” ingressem na universidade. Ela é viabilizada não só por quem paga imposto, mas principalmente por aqueles que nem sabem que pagam imposto, ou por aqueles que nem pagam, mas já têm sua vida condenada. Estes estão na base da pirâmide que sustenta essa Universidade: eles pagam com o sangue da vida, reciclando, ou morrendo aos 17, 18 anos, pelo tráfico. Isso é uma forma de pagamento. O valor monetário precisa estar embutido nessa subjetividade. E eu acho um absurdo, digo isso para os meus

alunos. Essa faixa privilegiada vem para dentro das universidades públicas, que, felizmente, ainda são, em termos de produção, as melhores, para entrar na lógica produtivista. Formam-se e voltam a trabalhar para as classes dominantes. Para uma universidade pública, isso não faz sentido. Para uma particular, tudo bem, mas, numa pública, é inadmissível. Então a gente percebe certa contradição nessa base. Um dos nossos objetivos é trazer essas temáticas para dentro da Arquitetura, para que o aluno comece a vivenciar e tenha possibilidade de realizar alguma intervenção junto a essas comunidades. É o mínimo que podemos fazer, pois me entristece muito ver que não há nenhum retorno para essas populações.

Revista da Extensão: Chegaste a ver alguma evolução nos últimos anos a respeito disso?

Fernando Fuão: Pelo contrário. O cenário piorou muito. Mesmo durante os governos Dilma e Lula, de esquerda, quando tivemos alguns avanços com relação ao ingresso de estudantes, não tivemos retorno do conhecimento da universidade para esses problemas da realidade cotidiana. Como isso poderia ser feito? Primeiro, através da extensão. A extensão hoje em dia é tão ou mais importante que a pesquisa, exatamente porque a maioria das pesquisas não está interessada em trabalhar com esses setores nas margens da sociedade, mas sim com os interesses do pesquisador, que não são exatamente as prioridades sociais – em algumas áreas, são os interesses de empresas ou indústrias. É por onde entram alguns recursos para o financiamento dessas pesquisas. Mas ninguém, além dos organismos, dos órgãos públicos, CNPq, CAPES, FAPERGS, injeta algum dinheiro nas áreas de Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas. Mas, sem esses recursos, dificulta fazer extensão. Eles são superimportantes para podermos, através da extensão, capacitar os professores também. Para trabalharmos, entendermos como funciona a lógica do cotidiano dessas pessoas, leva alguns anos; no mínimo, vivenciando isso para entender. Acredito que os programas de pesquisa

e pós-graduação deveriam incluir a extensão como uma atividade. Agregar à pesquisa.

Revista da Extensão: Com uma nova formação...

Fernando Fuão: ...com uma nova formação. É o que eu digo sempre: cada vez que vou à rua, aos galpões, na Escola Porto Alegre (EPA), que é uma escola voltada aos moradores de rua, tenho a certeza de que começo a apagar toda essa minha formação. Hoje, eu já esqueci muitas coisas que aprendi na vida acadêmica e que alguns colegas julgam importantes em termos de arquitetura (risos), mas, em compensação, tenho outra formação, que sai da extensão e me dá conhecimento para passar isso na sala de aula, no ensino e na pesquisa, um conhecimento mais humano e não tão material, como o que é praticado na arquitetura.

Revista da Extensão: E até hoje muitos processos seletivos para professores não pedem projetos de extensão...

Fernando Fuão: Exatamente. Não há nenhum atrativo que leve eles à extensão, a não ser o amor que encontram por esta relação. São pessoas especiais. Quase todos os colegas que encontro na extensão são especiais. A gente se coloca num clube aberto, um clube de amigos dentro da extensão, de extrema parceria, pois são praticamente sempre os mesmos. Mas eu observei, nos últimos anos, que houve um aumento do número de professores na extensão, e isso é muito legal. Antigamente, a gente se reunia e conhecia praticamente todos, hoje já não é assim. Que maneiras, estratégias, podemos adotar para fomentar o aumento da extensão? Essa é uma pergunta que a Sandra vem sempre fazendo. O trabalho dela nos últimos anos é fabuloso. Sem desmerecer nenhum dos trabalhos anteriores, ela tem uma política mais enfática em relação à extensão. É uma grande batalhadora, circula por todas as unidades mostrando o que é extensão. É incansável.

Revista da Extensão: Voltando à questão do

urbanismo, no começo desta entrevista, tu falaste algo que me chamou muito a atenção: que Porto Alegre hoje é um terço cidade e dois terços periferia. É algo chocante constatar isso, não?

Fernando Fuão: Sim, mas não é só Porto Alegre. Todas as grandes cidades são mais ou menos isso: São Paulo, Rio de Janeiro... um terço é cidade consagrada, onde vive a classe média, média-baixa. Aí tu tens também a classe alta, que não se localiza mais dentro dessa cidade formal. Ela vai para uma outra periferia. Ela se afasta da cidade e do grande bolsão de miséria que cerca esse núcleo consolidado onde há toda a infraestrutura, calçamento, água, esgoto...

Revista da Extensão: Grades...

Fernando Fuão: ...grades... É a cidade cercada. E esse deslocamento, que a gente faz com relação à periferia, ultrapassa as muralhas da cidade consolidada e passa a entrar na outra cidade, nos dois terços que falamos antes. E há muitas cidades dentro dessa periferia. Brinco que a maioria dos professores não conhece (eu também não conheço) todas as vilas que constituem a Grande Porto Alegre, ou ao menos esse cinturão periférico. É muito difícil, mas quando se fala em urbanismo, a gente trata como se urbanista conhecesse toda a cidade, mas não conhece, não. Ele conhece de mapa, e do Google, e olhe lá, pois cada dia aparece uma vila nova. E trabalha com mapas, sempre estabelecendo normas de altura, zoneamento de usos etc. Mas não conhece a vivência do cotidiano das pessoas. Mas falávamos de hostilidade... No momento em que tu começa com o fechamento de bairros como Mont' Serrat, Bela Vista, Moinhos de Vento ou Cidade Baixa, a pessoa da periferia não vem para a cidade. Um dos grandes choques que eu tive no início da extensão, foi perceber e escutar que muitas crianças da periferia nunca andaram de escada rolante num *shopping* ou num cinema. Não entram e nunca vão entrar. É difícil entender isso.

Revista da Extensão: E *shopping centers* são outros

fatores de fechamento da cidade, pois tiram pessoas das ruas...

Fernando Fuão: Sim, perfeito. Estamos falando de fechamento, né? Pois então: essas crianças nunca vão ter a experiência de andar na escada rolante também. Não que isso seja grande coisa, não é nada. Mas mostra essa zona de conforto e seletividade dos lugares que se estabelece na classe dominante.

Revista da Extensão: Alguns anos atrás ocorreram os “rolezinhos”, quando vários jovens de periferia foram a *shopping centers* de grandes cidades. Isso causou um grande desconforto...

Fernando Fuão: Sim! Tanto que agora eles proibiram a entrada de menores desacompanhados em *shoppings*. Encontraram uma estratégia para coibir isso. Aí vemos como já existe um *apartheid* dentro da nossa cidade. O que essa molecada faz na periferia sábado e domingo? Lá não tem pracinha, as ruas não tem calçamento, não tem onde brincar, o pai enxota de casa por estar brigando com a mãe, ou por estarem vendo televisão sem que a criança queira... então, em mais dois ou três anos, essas crianças já estarão no bar, traficando. Essa é a nossa realidade. E essa cidade cada vez mais se torna hostil, colocando grades e cercas em tudo, separando os bancos para moradores de rua não poderem deitar, colocando grades na frente de lojas e edifícios residenciais para não se deitarem; também, por exemplo, banheiros públicos... A gente vê ali na Avenida Salgado Filho, no Centro de Porto Alegre, milhares de pessoas que saem do trabalho e ficam esperando o ônibus, às vezes por uma hora, querem urinar e não têm onde. Precisam pedir, implorar para entrar em uma lancheria e fazerem suas necessidades. A gente está cada vez mais perdendo os equipamentos dos espaços públicos em benefício do privado, sempre com a desculpa “ah, não temos dinheiro para pagar a manutenção nem pessoas para trabalhar em banheiros públicos”, além de uma infinidade de coisas públicas. Hoje, a Europa está se dando conta da besteira que fez em privatizar tudo. Países como Espanha e Itália, que venderam tudo, privatizaram

tudo, e estão experimentando a perda do espaço público, que é de uma relevância altíssima.

Revista da Extensão: E ao restringir ainda mais o espaço dessa população, ela passa a reagir, aumentando ainda mais a turbulência, certo?

Fernando Fuão: Outro exemplo: o projeto de embelezamento da borda do Guaíba, perto da Usina do Gasômetro. Muito lindo. Ali havia muitos moradores de rua, pois era um espaço que estava em abandono, e eles usavam quase como residência. Tinha chuveiro, sanitário, churrasqueiras. Só que agora, com essa reforma, esse pessoal não vai ir mais lá, com certeza, vai ter repressão à permanência deles lá. É um processo de expulsão sempre. Não que a melhoria não deva ser feita, mas ela precisa ser feita pensando, também, nesse segmento da população, em como a gente pode integrá-los dentro dos demais segmentos. Outro exemplo: os espaços abandonados dentro da cidade podem ser utilizados com função social, inclusive os baixios dos viadutos que não são poucos nessa cidade: restaurantes populares, centros e postos de saúde para moradores de rua, pequenos centros de atendimento psicológico, enfim, uma série de alternativas. Isso sem falar na ocupação dos prédios públicos, de privados que ficam fechados, esperando especular o valor dos terrenos. É uma política muito cruel à que somos submetidos, e principalmente os pobres já desde o nascimento.

Revista da Extensão: Não poderíamos finalizar essa conversa sem que falássemos sobre o Universidade na Rua. O que dizer a respeito deste programa de extensão tão importante?

Fernando Fuão: É um programa do Edital PROEXT em 2015/16, em que concorremos e ganhamos com uma altíssima pontuação. Eu, a professora Themis Dovera da Silveira, da Enfermagem, e a professora Daniela Cidade, aqui da Arquitetura, montamos esse programa na tentativa de trabalhar com moradores de rua, para emendar naquele viés de levar não apenas a Universidade para a rua,

mas de trazer os moradores de rua para dentro da Universidade. O programa compreende três grandes ações: uma coordenada pela Themis, que é ligado à área da saúde pública, da redução de riscos e danos, e também da alimentação; e o “Cara na Rua”, coordenado pela Daniela. Este é um trabalho incrível: a gente comprou várias máquinas fotográficas e distribuiu para eles fotografarem a cidade. Eles fotografam, e a gente transforma em cartão-postal, imprime na Gráfica da UFRGS, e então eles vendem nas esquinas. São pequenas ajudas para eles viverem no dia a dia, coisa de um ou dois reais. Eles tiram dez reais num dia e conseguem a comida, basicamente isso, a mesma lógica do jornal “Boca de Rua”. Outro programa bem atrevido, que a gente montou se chamava “Filosofia com Moradores de Rua”, coordenado por mim. Em 2012 ou 2013, nós fizemos um primeiro seminário de Filosofia com moradores de rua, e, a partir disso, ficamos muito empolgados em fazer filosofia “com”. Temos um grande parceiro, o professor José Luís Ferreira, que era uma das lideranças da Vila Chocolate, ex-seminarista, ex-morador de rua e com uma forte formação filosófica. A gente circulou também por lá, na antiga Chocolate, na miséria da miséria, e montamos esse curso com apoio da Escola Porto Alegre (EPA), que nos recebeu para realizá-lo. A gente trabalhava Heidegger e o conceito de morar, o tema foucaultiano do vigiar e punir aplicado sobretudo aos albergues; a questão das disciplinaridades, o direito à felicidade do Conte-Sponville, também temas de gênero, raça, e muito enfaticamente a questão da domesticação humana. Foi muito importante esse trabalho. Quando a gente começa a trabalhar com morador de rua, entendemos que a casa não é a casa. A gente não mora em uma casa, nós é que somos a própria casa. Eu sempre digo que eles carregam a casa na própria mochilinha e se acolhem uns aos outros, dizendo algo como “tu não tens onde morar hoje? Vem morar comigo”, “mas onde moras?”, “ah, eu tenho uma lona lá no viaduto da Borges”. Isso não passa na cabeça da gente, pois para nós a casa tem de ser física. Mas o mais importante da casa é o ser humano que acolhe. ◀



Figura 1 - Visita domiciliar e atividades na zona rural de Barra do Bugres, MT

A UFRGS no Projeto Rondon

Núcleo Rondon UFRGS

O Projeto Rondon é o maior projeto de extensão do país. Promovido pelo Ministério da Defesa, e com o envolvimento de outros ministérios, comemora neste ano de 2017 o seu Cinquentenário. Em 11 de julho de 1967, uma equipe formada por 30 universitários e dois professores, do antigo Estado da Guanabara conheceu de perto a realidade amazônica no então território federal de Rondônia. A primeira missão, batizada de Operação Zero, teve a duração de 28 dias. A esse movimento, deram-lhe o nome de Projeto Rondon, em homenagem ao bandeirante do

século XX, o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. O Marechal Rondon, patrono da Arma de Comunicações do Exército Brasileiro, foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz por duas vezes, devido aos seus esforços na integração nacional, pela atuação na demarcação de fronteiras, além de seu trabalho com os povos indígenas brasileiros. Em 1989, o Projeto Rondon foi extinto. Porém, muitos rondonistas seguiram atuando segundo o espírito e os princípios que norteavam o projeto, tendo sido criada a Associação Nacional dos Rondonistas, em 1990.

Nessa primeira etapa de sua história, cujo lema era “Integrar para não Entregar”, o Projeto Rondon tinha um perfil mais assistencialista, principalmente na área da saúde, com atendimento às populações mais carentes de regiões remotas e de difícil acesso do país. A crescente participação de estudantes nas operações, a diversificação das atividades e a presença em diferentes Estados brasileiros incentivaram a implantação de campi avançados. Esses campi eram bases de operações mantidas pelas universidades, geralmente em Estados distantes de sua sede e numa região cultural bem distinta, a fim de proporcionar aos estudantes contato com a diversidade cultural e socioeconômica do país. Até o ano de sua extinção, em 1989, o Projeto Rondon possuía 22 campi avançados, distribuídos pelo país. A UFRGS tinha o seu campus avançado em Porto Velho, capital do estado de Rondônia, para a atuação de seus acadêmicos, docentes e discentes.

Em 2005, o Projeto Rondon foi retomado pelo Ministério da Defesa a partir de uma iniciativa da União Nacional dos Estudantes (UNE). Nessa nova fase, o projeto passou a ter um caráter mais educativo, com foco na formação de lideranças e multiplicadores, e de atuação mais abrangente, dividindo-se em duas frentes principais: Conjunto A, envolvendo cultura, direitos humanos e justiça, educação e saúde; e Conjunto B, envolvendo comunicação, tecnologia e produção, meio ambiente e trabalho. Recentemente surgiu o Conjunto C, comunicação social, para a participação de uma equipe universitária responsável pela cobertura de comunicação e divulgação da operação. O Ministério da Defesa tem procurado realizar quatro operações anuais, sendo duas no mês de julho, e outras duas em janeiro, cobrindo de 10 a 15 municípios em cada operação, com duas equipes universitárias atuando cada uma em um dos Conjuntos A e B.

Nessa segunda fase, cujo lema tem sido “O Brasil além dos Livros”, a UFRGS participou da Operação de Diagnóstico, que marcou a

retomada do Projeto Rondon em 2005, quando uma equipe de quatro estudantes, acompanhados da professora Rosinha Machado Carrion, realizou um levantamento detalhado de informações sobre o município de Tefé, localizado a 600 km de Manaus, AM. Esse diagnóstico gerou um relatório que versa sobre os dados demográficos da população de Tefé, suas condições de infraestrutura, saúde, educação, meio ambiente, economia e comércio, trabalho e cidadania, bem como as políticas públicas que embasam as ações no município. A UFRGS também participou efetivamente da Operação Acre, realizada em outubro de 2005, tendo atuado no município de Manoel Urbano, naquele estado. A equipe de oito estudantes foi coordenada pelos professores Fernando Freitas Fuão, Ivaldo Gehlen, Clary Sapiro e Maria Ceci Araújo Misoczky.

No ano de 2014, a UFRGS voltou a ter uma participação efetiva no projeto, tendo participado da Operação Guararapes, realizada em Pedras de Fogo, Paraíba, durante o mês de julho. A equipe foi coordenada pelos professores Álvaro Meneguzzi e José Fernandes Barbosa Neto. A partir de então, a Universidade participou de todas as operações seguintes, realizadas pelo Ministério da Defesa: Operação Jenipapo, na cidade de Anajatuba, Maranhão, em janeiro de 2015, sob a coordenação dos professores André Silva Carissimi e Andrea Troller Pinto; Operação Bororos, no município de Barra do Bugres, Mato Grosso, em julho de 2015, e Operação Forte dos Reis Magos, em Serra Negra do Norte, Rio Grande do Norte, em julho de 2016, ambas sob a coordenação dos professores André Silva Carissimi e Renato Perez Ribas; Operação Tocantins, no município de Marianópolis do Tocantins, no estado de Tocantins, em janeiro de 2017, sob a coordenação dos professores Aragon Érico Dasso Júnior e Raquel Fraga S. Raimondo; e Operação Serra do Cachimbo, em Terra Nova do Norte, Mato Grosso, em julho de 2017, sob a coordenação dos professores André Silva Carissimi e Álvaro Meneguzzi.



Figura 2 - Visita domiciliar e atividades na zona rural de Serra Negra do Norte, RN

Como Funciona o Projeto Rondon

O Ministério da Defesa realiza um levantamento de regiões em que os municípios apresentam um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e, a partir desses dados, prepara uma Operação, procedendo à escolha pela região, articulando com as prefeituras interessadas em receber as equipes universitárias. Cada município recebe duas equipes, uma do Conjunto A e outra do Conjunto B, vindas de diferentes universidades, e normalmente de diferentes Estados do país. A universidade deve ter a sua proposta aprovada, segundo um Edital específico, lançado pelo Ministério da Defesa para a Operação. As propostas devem contemplar um diagnóstico da região em que a Operação irá ocorrer, bem como as atividades a serem realizadas no município, dentre cursos de curta duração, oficinas, atividades socioculturais, de esporte e lazer. Alguns meses antes da Operação, os coordenadores das propostas aprovadas realizam a viagem precursora, de uma semana, ao município em que a sua equipe irá atuar. A Operação tem duração de duas semanas. Todas as equipes são recebidas em um quartel militar na cidade-sede

da Operação, e, depois, são deslocadas para os municípios em que realizarão seus trabalhos, retornando, posteriormente, à cidade-sede para o fechamento. São quinze dias intensos, de bastante trabalho, poucas horas de descanso, porém muito gratificantes, além do impacto imensurável na vida dos rondonistas participantes.

Portanto, para os estudantes da UFRGS participarem do Projeto Rondon, a Universidade deve, inicialmente, ter a sua proposta aprovada no Edital do Ministério da Defesa, referente à Operação que está para acontecer. Essa resposta é recebida, geralmente, com quatro a seis meses de antecedência. O Núcleo Rondon da UFRGS lança, então, um edital de seleção dos estudantes interessados, cujo processo seletivo envolve a participação obrigatória na palestra de apresentação, envio de formulário de inscrição, carta de motivação, dinâmicas de grupos e entrevistas. São selecionados oito integrantes titulares e dois suplentes. A partir desse momento, a equipe inicia a sua formação e preparação, com duração de aproximadamente quatro meses, através de encontros semanais, além dos preparativos individuais no restante do tempo.

É interessante observar que, muitas vezes, o Projeto Rondon passa a ideia de um estágio profissional ou mesmo de um “turismo social” cheio de “aventuras na selva”. Na realidade, são duas semanas de total entrega dos rondonistas. Nesse período, suas vidas privadas são praticamente esquecidas, e a doação às atividades propostas é muito intensa. Na escolha dos integrantes para compor a equipe, busca-se estudantes com perfil extensionista, que tenham interesse (e alguma experiência) em atividades sociais junto à comunidade externa da universidade. Os estudantes vão explorar a sua formação e conhecimentos mais abrangentes, que vão além dos conteúdos estudados em seu curso de graduação. Habilidades como comunicação pessoal, criatividade, força de trabalho, visão coletiva, prestatividade e proatividade são algumas das características de um bom rondonista.

Atividades Realizadas

Dentre as atividades preparadas e realizadas pelas



Figura 3 - Orientação de saúde na feira de Barra do Bugres, MT

equipes da UFRGS nas Operações Rondon, estão minicursos, oficinas profissionalizantes, palestras informativas, reuniões e debates, atividades culturais e de lazer, entre outras ações. Entende-se que o objetivo principal é o efeito multiplicador e a formação de lideranças em áreas estratégicas para a região. Mas existe, também, a interação social entre os universitários e a população local, representando uma troca cultural e de conhecimentos muito rica e duradoura.

Para exemplificar um pouco tais atividades, na área ambiental, são realizados minicursos de saneamento e fossas sépticas, técnicas de compostagem e tratamento de água, palestras sobre educação ambiental, e até oficinas de artesanato com material reciclável. Na área da comunicação, pode-se mencionar as oficinas de técnicas de oratória e de redação jornalística. Na esfera de trabalho, tecnologia e produção, são preparados cursos rápidos de manejo de pastagem e ordenha, produção de hortaliças, segurança alimentar, instalações elétricas, elaboração de projetos e planilhas eletrônicas, empreendedorismo,



Figura 4 - Oficina "Bem Estar das Emoções" em escola de Marianópolis do Tocantins, TO

fabricação de doces e compotas, entre outros.

No conjunto de saúde, educação e cultura, algumas das atividades preparadas e oferecidas nas Operações são oficinas e debates sobre saúde do homem e da mulher, conversas (e orientações) com adolescentes, higiene pessoal, ginástica laboral, orientação no cuidado de idosos, discussões sobre conselhos municipais, oficinas sobre mediação de conflitos, esportes educacionais, formação de professores em tecnologia e recursos didáticos, sessões de cinema, além de *show* de talentos locais.

Participar de uma Operação Rondon é uma oportunidade única e que, infelizmente, contempla

poucos estudantes. A crise financeira nacional certamente tem afetado o Projeto. Não houve Operação em janeiro de 2016, e também não haverá em janeiro de 2018, justamente pela indisponibilidade de recursos à universidade pública. No entanto, estão sendo preparadas duas Operações para julho de 2018: Palmares, no estado de Alagoas, e Pantanal, no Mato Grosso do Sul.

Para maiores informações, o Núcleo Rondon da UFRGS mantém uma página na *web* (www.ufrgs.br/rondon), na rede social do *Facebook* (www.facebook.com/projetorondon.ufrgs), correio eletrônico (projettorondon@ufrgs.br), *Instagram* e canal no *You Tube*. ◀

Referências

CASTRO, Aline Tamires Kroetz Ayres. **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO POLÍTICA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: o caso Projeto Rondon na UFRGS e na UDESC**, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, UFRGS. 2015.

NÚCLEO RONDON UFRGS. Página WEB: <http://www.ufrgs.br/rondon>.

PROJETO RONDON MINISTÉRIO DA DEFESA. Página WEB: <http://www.projettorondon.defesa.gov.br>.

Laboratório de empreendedorismo na UFRGS: despertando o interesse dos alunos pela cultura empreendedora

Michèle Oberson Souza: Instituto de Química - UFRGS
Wendy Haddad Carraro: Faculdade de Ciências Econômicas - UFRGS
Ana Beatriz Michels: Faculdade de Educação - UFRGS
Ângela de Moura Ferreira Danilevicz: Engenharia de Produção - UFRGS

O Brasil é um país repleto de oportunidades e desafios a serem resolvidos. É nesse cenário que o empreendedorismo tem se destacado e, nos últimos anos, vem crescendo de forma exponencial. Conforme revela a pesquisa Global

Entrepreneurship Monitor (GEM), apresentada em 2015, a taxa de empreendedorismo no país alcançou o maior índice dos últimos 14 anos, chegando a quase 40%. Este número reforça o interesse por parte dos brasileiros no

empreendedorismo, tornando-se uma alternativa em meio à crise econômica atual do Brasil.

Neste sentido, é primordial ampliar os esforços na educação e capacitação dos empreendedores. Conforme dados da pesquisa “Empreendedorismo nas Universidades Brasileiras 2016”, realizada pela Endeavor, a universidade tem um papel primordial na potencialização e inspiração quanto ao empreendedorismo, o sonho grande e a inovação nos alunos.

Porém, a realidade das universidades brasileiras está distante deste papel, havendo uma discrepância na percepção dos alunos e professores sobre o papel das instituições universitárias; 65% dos professores estão satisfeitos com as iniciativas de empreendedorismo, contra apenas 36% dos alunos (ENDEAVOR, 2016).

Assim, estes dados revelam que as universidades têm um grande desafio pela frente, e a UFRGS, consciente do seu papel na formação dos empreendedores, aposta na educação empreendedora atrelada à formação acadêmica dos alunos, oferecendo várias ações que desenvolvam o espírito empreendedor e soluções inovadoras para os desafios da sociedade.

De maneira a contribuir com as estratégias da UFRGS em relação à disseminação da educação empreendedora, a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico (SEDETEC), em parceria com o Parque Científico e Tecnológico, criou o Núcleo de Empreendedorismo Inovador, composto por um grupo de professores e técnicos-administrativos multidisciplinares, oriundos de diferentes unidades, no intuito de desenvolver ações em prol da cultura empreendedora. Uma dessas ações, intitulada Laboratório de Empreendedorismo, é uma atividade de extensão oferecida aos estudantes de graduação da Universidade, que tem como foco o autoconhecimento, as características do perfil empreendedor, a percepção e concretização de oportunidades de negócios, e o desenvolvimento de ideias inovadoras.

Trajetória do Empreendedorismo na UFRGS

A UFRGS tem estimulado a educação empreendedora como forma de promoção da interação com a sociedade e da agregação de conhecimento empreendedor na formação acadêmica, tanto de docentes quanto de discentes. Muitas dessas ações são realizadas de forma transversal, coordenadas pela SEDETEC, entre elas o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), e pelo Parque Científico e Tecnológico da Instituição.

A SEDETEC foi criada em outubro de 2000, diretamente subordinada à Reitoria da UFRGS, tendo como objetivo fornecer à sociedade as condições necessárias à valorização e transferência do conhecimento científico e tecnológico gerado pela Instituição. Sua criação decorreu da necessidade de um gerenciamento mais efetivo e especializado das ações desenvolvidas pela Universidade, no campo do desenvolvimento tecnológico.

Dentre as ações desenvolvidas, a SEDETEC promove a Maratona de Empreendedorismo da UFRGS, que é um curso de extensão realizado há 16 anos, voltado à capacitação empreendedora, elaboração de projetos de *startup*, ampliação do *networking*, e busca pela transformação de ideias em empreendimentos viáveis e inovadores. O curso é aberto à comunidade em geral, sendo ofertado anualmente, nas modalidades presencial e à distância.

No ano de 2009, foi criado o Parque Científico e Tecnológico da UFRGS, consistindo num órgão especial da Universidade, com os objetivos de estruturar o sistema de inovação tecnológica já existente, expandir sua atuação através da disponibilização de estrutura física e terreno exclusivos para atividades de inovação em parceria com empresas, além de permitir maior eficiência aos serviços tecnológicos oferecidos pela Universidade à sociedade.

A Rede de Incubadoras Tecnológicas (REINTEC), que antes era um dos setores da SEDETEC, hoje

está vinculada ao Parque Científico e Tecnológico da UFRGS. A Rede fornece apoio para o melhor desenvolvimento das atividades ligadas à administração das incubadoras; objetiva a melhoria dos resultados das empresas incubadas; promove a associação a redes de apoio nacional; promove a divulgação de mecanismos de captação de recursos para as incubadoras e incubados, indicando fontes e meios para a captação. Além disso, a REINTEC busca o desenvolvimento da cultura empreendedora na Universidade e a melhoria das empresas graduadas.

O Núcleo de Empreendedorismo Inovador, criado em 2012 pela SEDETEC e pelo Parque da UFRGS, tem como objetivo despertar a cultura do empreendedorismo e da inovação entre estudantes da Universidade, e capacitar multiplicadores (docentes e servidores técnico-administrativos) na área de educação empreendedora. Esse grupo tem como maior motivação a introdução da cultura empreendedora na comunidade acadêmica da UFRGS, em uma primeira etapa para os estudantes de graduação, abrangendo as diversas áreas do conhecimento. O intuito é proporcionar aos discentes o contato com a área de empreendedorismo para que esses percebam a importância da busca da excelência em suas respectivas formações, estando atentos à

descoberta de oportunidades de negócios.

Laboratório de Empreendedorismo

Uma das ações desenvolvidas pelo Núcleo, intitulada Laboratório de Empreendedorismo, teve suas duas edições realizadas nas Semanas Acadêmicas da UFRGS, em outubro de 2013 e 2014. O Laboratório tem como objetivos introduzir a cultura empreendedora no meio acadêmico; incentivar o compartilhamento de experiências; provocar confrontos de práticas acadêmicas com práticas empreendedoras, e despertar o interesse do participante pela cultura empreendedora, sendo este capaz de se conhecer e desenvolver sua capacidade de empreender, aprendendo a identificar oportunidades, e a condição de criar um novo negócio. Baseado na interdisciplinaridade, representada pelas diversas formações, esta ação visa a conscientizar os participantes, de que habilidades complementares agregadas qualificam ações empreendedoras e estimulam a inovação.

Na primeira edição do Laboratório de Empreendedorismo, 86 alunos da UFRGS se inscreveram, 30 foram selecionados e 27 concluíram o curso. Já na segunda edição do curso, 138 alunos da Universidade se inscreveram, 31 foram

selecionados e 26 concluíram o curso.

Por ser transversal a todas as áreas de conhecimento, as duas edições abrangeram participantes de diversas áreas de formação acadêmica, alcançando 22 cursos na segunda edição.

Dimensões do Laboratório de Empreendedorismo

O Laboratório de Empreendedorismo envolve dinâmicas, trabalhos de preparação e ações orientadas, visando a despertar nos participantes um espírito combinado de engajamento, confiança, criação, trabalho, respeito e prática. Os conteúdos desenvolvidos envolvem duas dimensões: a comportamental e a tecnológica.

A dimensão comportamental diz respeito à motivação do empreendedor, podendo ser concretizada e promovida através da metodologia do *Design Thinking*, desenvolvida por Tim Brown (2008) como uma abordagem centrada no aspecto humano, destinando-se a resolver problemas e ajudar pessoas e organizações a serem inovadoras e criativas. É um conjunto de métodos e processos para a abordagem de problemas. A metodologia é muito usada em processos criativos de solução de problemas, que visam a elevar o nível de inovação. O processo passa pelas fases de informação, análise e proposta de solução.

O *Design Thinking* procura unir diversas perspectivas de solução de problema, priorizando o trabalho colaborativo e multidisciplinar. Resumidamente, a metodologia se propõe a debater com relação a uma temática, e após, feito este processo, indicar o pensamento para a criação e o desenvolvimento de novas ideias, inovação de processos e produtos. O processo colaborativo entre os diversos participantes durante a aplicação da metodologia é imprescindível.

Na dimensão tecnológica são trabalhados aspectos de Inovação, Planejamento Estratégico,

Modelo de Negócios e Plano de Negócios. Por fim, a metodologia de apresentação de um *Pitch*¹ completa a instrumentalização para apresentar os projetos a uma banca examinadora.

É importante identificar quais são as diferenças entre invenção e inovação. Segundo Betz *apud* Barbieri (1999), a inovação começa como invenção, uma ideia de como fazer alguma coisa. Assim, como processo, a inovação tecnológica envolve diferentes agentes e diferentes etapas, sendo a invenção apenas uma delas, embora nem toda invenção se transforme em inovação por diferentes motivos - seja por não estar bem desenvolvida do ponto de vista técnico, seja por não atender às necessidades de mercado.

A estratégia pode ser considerada uma arte de aplicar com eficácia os recursos de que se dispõe, ou de explorar as condições favoráveis de que porventura se desfrute, visando ao alcance de determinados objetivos. Para obter sucesso com as estratégias de inovação, Sutton (2003) aponta que as empresas precisam explorar novos procedimentos e tecnologias para satisfazer a demanda do consumidor, ganhar vantagem sobre seus concorrentes ou para não perder o ritmo. Para mirar o longo prazo, é preciso pensar em estratégia. A gestão estratégica compreende quatro etapas sistêmicas e interligadas: (I) definição da estratégia; (II) planejamento; (III) ação e (IV) avaliação de desempenho.

A definição da estratégia diz respeito à forma como a empresa propõe o seu valor, compreendendo a definição de seus valores, missão, visão e modelo de gestão. A formalização da proposta de valor serve de guia para as próximas etapas da gestão estratégica.

A etapa de planejamento diz respeito à organização dos recursos para o alcance de seus objetivos, definidos na etapa anterior. O planejamento



Figura 1 - Integrantes do 1º Laboratório de Empreendedorismo na UFRGS

1. Técnica de apresentação de um negócio ou ideia de negócio para qualquer público.

da empresa deve ser elaborado nos três níveis de decisões: estratégico, tático e operacional. Deve haver indicadores para o acompanhamento do que foi proposto. A análise SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer análise ambiental, sendo a base da gestão e do planejamento estratégico numa empresa ou instituição. Pode ser utilizada para qualquer tipo de análise de cenário. Destina-se a posicionar ou verificar a posição estratégica da empresa no ambiente em questão. Essas análises de cenário se dividem em ambiente interno (forças e fraquezas) e ambiente externo (oportunidades e ameaças).

A terceira etapa da gestão estratégica é a ação que representa, justamente, a otimização dos recursos, o colocar em prática, alinhado ao que se propôs nas etapas anteriores. Por fim, a avaliação de desempenho compreende a verificação de que houve alinhamento dos esforços, garantindo os resultados planejados. Para isto, é preciso estarem bem definidos os indicadores e um sistema eficiente de informações.

Os últimos aspectos considerados na dimensão tecnológica são o modelo de negócio e o plano de negócio. Os dois são técnicas complementares, mas com características diferenciadas. Um modelo é a representação ou interpretação simplificada da realidade, algo que tenta mostrar de uma forma simples. O modelo de negócio é a explicação de como a empresa funciona e cria valor, ou seja, como a empresa fará dinheiro, qual será ou qual é o modelo de receita, e como as várias áreas e processos de negócio se relacionam, para atingir o objetivo de fazer com que a empresa funcione, gerando valor aos clientes.

O método *Business Model Canvas* foi desenvolvido por Alexander Osterwalder, *expert* em Modelos de Negócios. Segundo Osterwalder e Pigneur (2010), um modelo de negócios descreve os fundamentos de como uma organização cria, entrega e captura valor. O modelo de negócios Canvas é composto de 9 (nove) blocos, que, juntos, descrevem as principais partes de um

negócio.

O desenvolvimento de um plano de negócios estruturado ajuda a delinear e a entender em detalhes o modelo de negócio de uma empresa. O plano de negócios mostrará os custos e as despesas do negócio, o investimento inicial, a máxima necessidade de recursos para colocar a empresa em operação, a estratégia de crescimento, de marketing e vendas, bem como a projeção de receita e o lucro para os próximos anos.

Metodologia do Laboratório de Empreendedorismo

As duas edições do Laboratório de Empreendedorismo na UFRGS foram realizadas durante as Semanas Acadêmicas da Universidade, no segundo semestre de 2013 e 2014, no período da manhã, tendo foco no autoconhecimento, nas características do perfil empreendedor, na percepção e concretização de oportunidades de negócios, e no desenvolvimento de ideias de negócio. Os alunos foram divididos em grupos, formados pelos organizadores, para que cada um fosse o mais interdisciplinar possível. Durante as aulas, cada equipe foi construindo uma ideia de negócio a partir de um desafio proposto pelo corpo docente. Na primeira edição do curso, o desafio foi “Como melhorar a vinda do turista a Porto Alegre na Copa do Mundo de 2014?”. Já na segunda edição a provocação foi “Como facilitar a mobilidade da comunidade entre os Campi da UFRGS?”.

No primeiro dia, trabalhou-se o módulo comportamental, envolvendo o autoconhecimento e as competências do perfil empreendedor. Durante a introdução, os estudantes, após terem recebido as boas vindas, foram convidados a participar de uma dinâmica com o objetivo de se apresentarem aos seus colegas.

Após as apresentações, uma dinâmica foi desenvolvida com o objetivo de que cada estudante

identificasse sua característica comportamental dominante, percebendo o que é “trabalhar na zona de conforto” e o que significa “sair de sua zona de conforto”. Os alunos foram desafiados a identificar as principais características do empreendedor.

A motivação e a concretização da dimensão comportamental foram promovidas através da metodologia do *Design Thinking*, no segundo dia. Diversas ilustrações da aplicação dessa metodologia foram apresentadas através de vídeos e exposição teórica dos professores. O desafio para o desenvolvimento de uma proposta de negócio foi lançado e, ao final desse dia, cada grupo tinha o embrião do negócio a ser desenvolvido.



Figura 2 - Trabalho em grupo, desenvolvendo o *Design Thinking*

A dimensão tecnológica foi desenvolvida durante o terceiro e quarto encontros. No terceiro dia, o foco esteve na compreensão dos aspectos de inovação *versus* invenção, estratégias de inovação e a utilização da ferramenta da análise SWOT. Sempre após a exposição teórica, os alunos eram desafiados a implementar e complementar seus projetos, utilizando as ferramentas apresentadas, o que possibilitava enriquecer o desenvolvimento dos trabalhos.

No quarto encontro, o ponto principal foi o desenvolvimento dos conteúdos de gestão estratégica, modelo de negócio e plano de negócios. Igualmente, os alunos eram incentivados a complementarem seus projetos, analisando e

propondo melhorias.



Figura 3 - Trabalho em grupo, discutindo o modelo de negócio

No último encontro, os participantes foram desafiados a apresentarem um *Pitch* do projeto. Eles deveriam fazer essa apresentação em cinco minutos, defendendo o projeto perante uma banca avaliadora. A banca comentou, questionou e sugeriu modificações relativas a cada projeto apresentado.



Figura 4 - Apresentação do *Pitch* para banca examinadora

Principais Resultados

A apresentação dos negócios criados resultou na criação de cinco serviços e um produto na primeira edição do curso, e de três produtos e três serviços na segunda edição. A banca examinadora, composta por representantes de empresas de investimentos apoiadoras de novos empreendedores, mostrou interesse nos negócios

apresentados e elogiou a qualidade e completude dos projetos. Esses profissionais, sabendo da curta duração do curso, demonstraram sua admiração frente às propostas apresentadas, as quais, na sua grande maioria, poderiam ser desenvolvidas imediatamente com recursos financeiros mínimos e poucas modificações sugeridas. Os membros da banca concluíram que essa experiência de aprendizagem, baseada no compartilhamento de diversas habilidades, corresponde a um caminho de sucesso para introduzir a cultura empreendedora na Universidade, local privilegiado, que concentra conhecimento e é muito propício à inovação.

Discussão e Conclusões

O Laboratório de Empreendedorismo é uma ação multidisciplinar, abrangendo participantes de diversos cursos, o que possibilitou a troca de conhecimento e a ampliação da rede de contatos entre os alunos e ministrantes do curso. As atividades desenvolvidas e aplicadas no curso, abordaram metodologias atuais da área de educação empreendedora, e, muito além de oportunizarem o planejamento de ideias de negócios, focaram no perfil empreendedor, trabalhando com características essenciais da sociedade contemporânea, sendo elas a autonomia, a criatividade, o trabalho em equipe, o *networking*, o aprendizado contínuo,

entre outras.

A avaliação dos resultados foi definida através da participação dos alunos nas atividades propostas, tendo quase 100% de participação. No término do curso foi realizada uma avaliação que buscou verificar: (1) se as expectativas foram alcançadas; (2) o que mais chamou atenção no curso; e (3) de que forma os conhecimentos adquiridos poderão contribuir na sua trajetória. A partir da avaliação da ação junto aos participantes foi possível identificar três vertentes: (1) reforçar suas ambições como empreendedor; (2) aumentar suas motivações para efetuar o percurso acadêmico; e (3) valorizar as aprendizagens periféricas previstas nos seus currículos.

O interesse dos estudantes pela cultura do empreendedorismo foi despertado com o auxílio de metodologias atuais de educação empreendedora, possibilitando a reflexão sobre suas características, e a construção de conhecimento acerca de conceitos relacionados ao empreendedorismo e à inovação. O fato de a educação empreendedora estar relacionada a todas as áreas de formação propicia que os conhecimentos construídos durante o curso possam contribuir na trajetória dos alunos, oportunizando aos estudantes aplicarem este saber, em suas caminhadas acadêmica, profissional e pessoal. ◀

Referências

- BARBIERI, J. **Os inventores no Brasil: tipos e modalidade de incentivos**. RAE, v. 39, n. 2, abr./jun., 1999.
- BRASIL. **Empreendedorismo em alta**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/empreendedor>>.
- BROWN, T. **Design Thinking**. Harvard Business Review. June, 2007.
- ENDEAVOR BRASIL. **Empreendedorismo nas Universidades Brasileiras 2016**. Disponível em: <https://endeavor.org.br/pesquisa-universidades-empreendedorismo-2016/>.
- GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). **Empreendedorismo no Brasil – 2015: Relatório Executivo**. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/\\$File/5904.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/$File/5904.pdf).
- OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y. **Business Model Generation**. 1. ed. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2010. 288 p.
- SUTTON, R. **Weird ideas that spark innovation**. Sloan Management Review. MIT, v. 43, n. 2. In: HSM Management jan./feb., p 86-92, 2003.



As ações de Extensão Universitária na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro: avanços e desafios

Maria José Nogueira: Ciências Sociais - Fundação João Pinheiro
Beatrice Correa de Oliveira: Administração Pública - Fundação João Pinheiro
Roberto Eduardo Santos de Souza: Administração Pública - Fundação João Pinheiro
Maria Isabel Araújo Rodrigues: Administração Pública - Fundação João Pinheiro

Introdução

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, apresenta o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ao dispor que:

“as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Tal princípio pode ser compreendido como uma resposta a demandas sociais por uma Universidade socialmente responsável, que dialogue mais ativamente com diversos setores da sociedade e que propugne uma formação e produção de conhecimento, em diálogo com necessidades sociais, segundo Gonçalves (2015). Ao considerar as particularidades de cada uma das três funções universitárias, Moita e Andrade (2009), chamam a atenção para o caráter catalisador do conhecimento “pluriversitário” garantido pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que permitiria, segundo Souza Santos (2004, p. 31), “a inserção da universidade na sociedade e a inserção desta na universidade”.

Sendo assim, a Extensão pode ser entendida como o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, para viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, como definido no Plano Nacional de Extensão Universitária. (Brasil 2001). Na abertura do documento, Souza Santos destaca que:

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da Universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino (SOUZA SANTOS, 2004)

Desse modo, este artigo tem por objetivo apresentar algumas atividades de extensão no âmbito do Curso de Administração Pública (CSAP) da Escola de Governo do Estado de Minas Gerais, bem como refletir sobre a importância dessas atividades, no contexto de um curso que forma profissionais para a carreira específica de Especialista de Políticas Públicas e Gestão Governamental de Minas Gerais (EPPGG). No âmbito do Governo Federal, a carreira de EPPGG nasceu no contexto de modernização da administração pública federal, quando foi criada, em 1986, a Escola Nacional de Administração

Pública (ENAP). Em Minas Gerais, foi iniciado um movimento na mesma direção, de estruturar uma burocracia administrativo-organizacional estável e meritocrática, com a criação, em 1986, do Curso de Administração (CSAP) com ênfase em Administração Pública, visando ingresso na carreira de Administrador Público. O curso foi reconhecido no ano de 1994, e, em 1998, a carreira de Administrador Público foi transformada em Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Metodologia

Para descrever as atividades de extensão do curso de Administração Pública, foi adotada a perspectiva da análise documental enquanto método (Oliveira, 2007), além da realização de entrevistas semiestruturadas para levantamento da história da extensão na EG.

Os documentos são tomados como base para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, cujos objetivos advêm do interesse do pesquisador. A abordagem qualitativa do método foi escolhida, uma vez que se buscou enfatizar não a quantificação ou descrição dos dados recolhidos, mas uma leitura compressiva e crítica das fontes documentais. Os documentos são registros escritos que proporcionam informações em prol da compreensão dos fatos e relações, ou seja, possibilitam conhecer o período histórico e social das ações e reconstruir os fatos e seus antecedentes, pois se constituem em manifestações registradas de aspectos da vida social de determinado grupo (Oliveira, 2007). Os documentos analisados foram: a Lei Estadual nº 18.974/2010¹ e seus regulamentos; o parecer nº 08 do Conselho Estadual de Educação, de 15/01/1986, que autorizou a criação do curso; e documentos institucionais, jurídicos e registros administrativos afetos à temática da extensão na escola de governo.

1. Estruturou a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, sendo a legislação atualmente vigente.

Por sua vez, a entrevista é uma técnica de pesquisa com pessoas cuja característica é o diálogo direto entre entrevistador e entrevistado. Podem ser realizadas pessoalmente, por telefone, por videoconferências ou pela web — e a opção aqui adotada foi a entrevista pessoal (Goode; Hatt, 1979). Foram realizadas três entrevistas no total, incluindo gestor, ex-gestor e técnico da Gerência de Extensão e Relações Institucionais (GERI).

Resultados e discussões

Fazendo uma retrospectiva das atividades de extensão, identifica-se que até 1996, ou seja, nos primeiros quatro anos de funcionamento da EG, não existia nenhuma ação de extensão universitária formalizada na estrutura administrativa da Escola de Governo, nem uma gerência ou superintendência dedicada para cuidar dessas atividades. Com a alteração da estrutura da Escola de Governo, ocorrida em 1997, a Superintendência de Estágio foi transformada em Superintendência de Extensão. Apesar disso, a compreensão do conceito de extensão ainda estava restrita como um meio de transferência de conhecimento unilateral e de capacitação para servidores públicos, sem o reconhecimento da possibilidade de troca de conhecimento e experiências entre a sociedade e o meio acadêmico, através de projetos ou programas com foco no desenvolvimento do espírito crítico de alunos, e na área social.

As primeiras iniciativas de ações de extensão, concebidas numa perspectiva extensionista compreendidas nesse trabalho, surgiram em meados dos anos 2000, pela conjugação de interesses de alunos e do corpo docente da Escola de Governo, que cogitava oferecer atividades extraclasse aos estudantes. Entretanto, não houve registro dessas atividades; o resgate histórico das atividades de extensão, foi realizado por meio das entrevistas com a ex-gestora da Gerência de Extensão e Relações Institucionais.

A partir de 2004, o projeto pedagógico do CSAP passa a prever realização de Atividades Complementares de Graduação, que visam ao desenvolvimento, avaliação e reconhecimento de competências e conhecimentos adquiridos por meio de práticas opcionais, interdisciplinares, transversais e independentes, que contribuam para o enriquecimento da formação dos alunos. Podem ser desenvolvidas na forma de atividades de Ensino, Pesquisa ou Extensão, devendo o aluno obrigatoriamente realizar o mínimo de horas em cada uma das atividades.

Já em 2007, foi implantado na escola o Laboratório de Políticas Públicas, que integraria as atividades complementares de graduação do Curso Superior de Administração Pública. O laboratório consistia em ações e iniciativas diversas, voltadas para uma maior integração dos alunos com a máquina governamental e com a gestão pública. Representava, nesse sentido, um espaço para o desenvolvimento de ações orientadas para a produção de conhecimento teórico e prático sobre o setor público, governamental e não governamental, e envolvia ações de natureza distintas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2007).

A Extensão adquire novo significado e importância na Escola de Governo com a publicação do novo projeto pedagógico do CSAP, em 2013, trazendo as atividades complementares de graduação (ACG), incluindo outra modalidade de ação de extensão na matriz curricular, denominada Atividades de Imersão e Conexão. Esta atividade foi dotada de carga horária mínima de 60 horas a ser cumprida por aluno. Desde então, é possível apontar um processo de valorização das atividades de extensão da Escola de Governo. Esse processo é decorrente do aumento de funcionários da gerência, crescimento expressivo das atividades de extensão, orçamento próprio e aumento do reconhecimento pelos alunos da importância da sua participação.

A partir do histórico de projetos desenvolvidos e das demandas dos próprios estudantes, de acordo

com registros internos da Gerência, no primeiro semestre de 2017, houve 14 projetos ativos na Escola de Governo, e mais de 50% dos alunos matriculados no CSAP, já participaram de algum projeto de extensão. Dentre esses projetos, identificam-se os sociais, em que há contato maior com outros setores da sociedade e público diretamente beneficiado; os de imersão municipal, em que os estudantes permanecem algumas semanas nas municipalidades, atuando para fortalecimento da administração local; e os de desenvolvimento acadêmico/profissional, todos articulando Ensino, Pesquisa e Extensão. O diagrama a seguir situa cada um dos projetos.

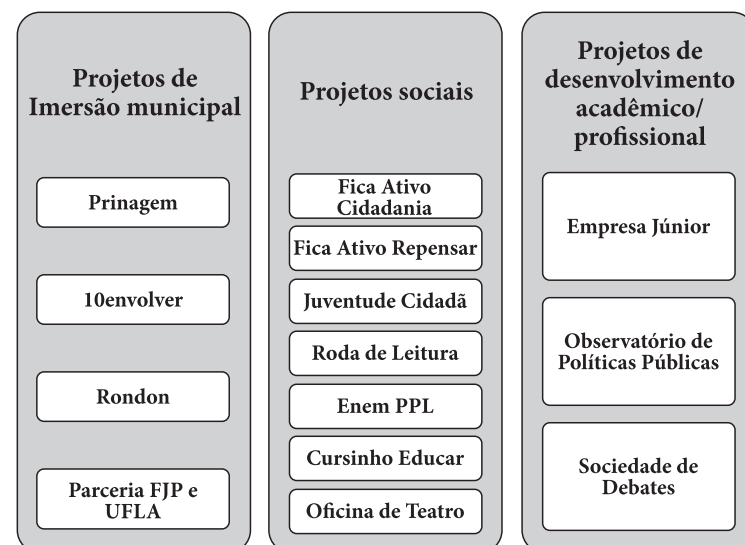


Diagrama 1 - Projetos de imersão ativos no primeiro semestre de 2017, por eixo temático.

Fonte: Elaboração própria com base em registros administrativos da GERI

Os projetos de imersão municipal abrangem as iniciativas que levam o estudante do CSAP a conhecer *in loco* a diversidade da realidade brasileira, possibilitando aos mesmos o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica sobre a experiência obtida durante o período de observação e atuação nas regiões visitadas. As primeiras iniciativas de imersão inauguraram-se com a proposta de estágio de inverno em 2013, por meio de um projeto piloto de municipalização das práticas de gestão pública. Tal projeto contava com alunos do Curso de Administração

Pública, para a realização de diagnóstico da qualidade gerencial em municípios mineiros.

Com a aprovação do novo Projeto Pedagógico do curso, em 2014, formalizou-se a gradativa valorização da extensão na Escola, em especial em relação aos projetos sociais e aos de imersão, que passaram a fazer parte da carga horária obrigatória do curso (Fundação João Pinheiro, 2017). A partir de então, passam a se diversificar as atividades de imersão, as quais são desenvolvidas em conformidade com a metodologia de pesquisa-ação, na qual o estudante atua e, ao mesmo tempo, aprende em conjunto com a

comunidade local, por meio da troca de saberes, de experiências e da vivência, solidificando, assim, seus conhecimentos acadêmicos. Assim, desenvolver uma prática contextualizada, o aluno é capaz de questioná-los, validá-los e/ou retificá-los (Tripp, 2005). Os discentes são preparados por um professor orientador durante o semestre letivo, para elaboração do pré-diagnóstico do município e também do planejamento inicial, que norteará as ações na localidade. Enquanto prática compartilhada e desenvolvida pela pesquisa-ação, a

definição de quais serão as ações a serem de fato desenvolvidas, somente ocorrerá após os estudantes, *in loco*, conversarem com os servidores e demais envolvidos, em busca de compreender as demandas e os recursos disponíveis.

O Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal – PRINAGEM é um dos projetos de imersão. Nele, os estudantes permanecem durante o período de férias por quatro semanas em um município localizado preferencialmente fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte, atuando em projetos de administração municipal nas seguintes áreas: gestão e avaliação de projetos e políticas públicas; mapeamento e redesenho de processos; e fortalecimento de ações

voltadas para a participação social.

O programa iniciou-se em julho de 2016 e enviou 52 estudantes de todos os períodos do CSAP, a 18 municípios de Minas Gerais. Nessas experiências, os alunos têm desenvolvido diversas atividades para o aprimoramento da gestão local, tais como: organização do setor de recursos humanos, realizando contagem de férias atrasadas dos servidores e pesquisas de clima organizacional; estruturação dos sites das prefeituras, buscando colaborar para uma administração transparente; acompanhamento e sugestão de boas práticas nos setores de licitação e compras; suporte para elaboração de diagnósticos para o Plano Plurianual; suporte no processo de regularização fundiária urbana; e suporte no processo de cadastramento de famílias junto à assistência social, das comunidades desses municípios.

De maneira geral, o retorno recebido pela Gerência de Extensão da Fundação João Pinheiro,

através dos estudantes que participam do PRINAGEM, tem correspondido às expectativas. Os alunos que realizaram essa imersão consideram que a experiência possibilitou a aplicação, na prática, de conceitos teóricos aprendidos na graduação em Administração Pública; estimulou a pensar em soluções e propostas diante da realidade e problemas sociais da administração pública local; possibilitou perceber realidades sociais diversas das quais convivem; contribuiu para a formação enquanto cidadãos e futuros servidores públicos; e foi uma oportunidade de desenvolvimento de habilidades interpessoais, relevantes para o contexto profissional. Essas informações foram auferidas no formulário de avaliação do Programa, preenchido pelos alunos participantes após o fim da imersão.

Os projetos de aperfeiçoamento profissional/acadêmico são iniciativas que, pela natureza de suas atividades, incentivam a pesquisa e o desempenho técnico. Uma dessas atividades é a



Figura 1 - Estudantes da FJP e professor da Gerência de Extensão em reunião de planejamento de atividades para a imersão municipal. Fonte: Acervo Fundação João Pinheiro



Figura 2 - Alunos participantes da Consultoria Júnior – março de 2017
Fonte: Acervo João Pinheiro Júnior

Consultoria Júnior em Administração Pública². Elaborada em conformidade com o conceito de empresa júnior, a João Pinheiro Júnior presta serviços de consultoria, assessoria e elaboração de projetos nas diversas áreas da gestão pública, atuando junto a órgãos das esferas municipal, estadual e federal. Os objetivos são desenvolver profissionais capazes de contribuir para a melhoria da administração pública, e proporcionar aprendizado e experiência extracurricular aos estudantes do curso de Administração Pública.

Para cada projeto desenvolvido é formada uma equipe de consultores juniores (alunos) que, através do auxílio de um professor do CSAP, desenvolve as atividades contratadas pelos clientes. Em síntese, essas atividades estão relacionadas ao mapeamento, pesquisa e diagnóstico

de políticas públicas; à otimização de processos; à pesquisa de clima organizacional; ao planejamento estratégico; à construção de planos de cargos, carreiras e vencimentos; ao auxílio em treinamentos; à modernização da gestão pública de municípios; à aplicação e coleta de dados em pesquisas; e ao auxílio na elaboração de planos diretores. De acordo com os registros da João Pinheiro Júnior, desde 1998, mais de 700 alunos participaram do projeto.

Tais experiências trazem como consequência uma *expertise* maior, tornando os alunos, mais capacitados para a elaboração de políticas públicas efetivas. O cuidado em manter sempre um professor da Escola de Governo responsável pelas práticas de extensão (incluindo a supervisão dos projetos desenvolvidos pela Consultoria Júnior) reflete o alinhamento entre ensino, pesquisa e extensão, reforçando a importância deste tripé na formação acadêmica.

Por sua vez, os projetos sociais são os que permitem aos estudantes estarem em contato com pessoas da comunidade nos entornos da universidade, preferencialmente em áreas de

vulnerabilidade social, desenvolvendo atividades em conjunto. Assim, se proporciona o contato com a realidade social contemporânea ao mesmo tempo em que estes projetos favorecem a troca de conhecimentos e experiências. Dentre essas atividades, destaca-se o projeto Fica Ativo! Cidadania, por meio do qual a Escola de Governo promove a interação dos estudantes do Curso Superior de Administração Pública com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) – oriundos de escolas públicas localizadas em áreas de vulnerabilidade social. Para tanto, são realizados encontros periódicos em que se debatem temas que estimulam a reflexão temática do cotidiano, relacionando-as à cidadania e à problemática social e histórica em que estão inseridos os alunos do EJA, a fim de que estes possam se identificar como cidadãos capazes de atuar de maneira transformadora, diante das contradições sociais.

Quanto aos temas, são definidos a partir de dinâmicas realizadas com os alunos do EJA, onde se tem a intenção de captar quais áreas são interessantes e significativas para os próprios alunos, priorizando aqueles temas que estimulam a discussão e a crítica a partir de experiências

compartilhadas. Os alunos da Escola de Governo, por sua vez, são estimulados à autocrítica e à conscientização da importância do planejamento e organização, e são expostos a situações que exigem tomadas de decisão.

O projeto Fica Ativo! Cidadania, existe desde 2013 e já atendeu 840 jovens e adultos, contando com a participação de 119 alunos do Curso Superior de Administração Pública.

Considerações finais

Nos últimos anos, a extensão universitária tem se consolidado na Escola de Governo principalmente pela compreensão de seu crucial papel na proposta de uma formação de administradores com fundamentos teóricos sólidos, mas altamente sensíveis à realidade, a fim de que estes novos profissionais encontrem-se preparados para respeitar e valorizar as características individuais e sóciocomunitárias, possibilitando novas oportunidades àqueles que, por diversos motivos, não foram ainda contemplados pelas políticas públicas. Os projetos da Escola de Governo



Figura 3 - Estudantes da FJP e alunos da Escola Municipal Dora Tomich Laender- Projeto -Fica Ativo Cidadania em 2017
Fonte: Acervo Fundação João Pinheiro

2. A João Pinheiro Júnior é uma associação civil, sem fins lucrativos, constituída e gerida por alunos do Curso de Administração Pública da Escola de Governo, sob supervisão da Gerência de Extensão e Relações Institucionais. A Consultoria Júnior atende às organizações do setor público, como secretarias, prefeituras, câmaras municipais, empresas públicas, fundações, autarquias, sociedades de economia mista e ainda organizações não-governamentais

observam a primazia de princípios fundados na inclusão social em seus diversos aspectos, no respeito à diversidade e às minorias, promovendo valorização cultural, artística e social.

Acredita-se que a valorização desse tripé possa ser capaz de formar quadros burocráticos mais críticos e comprometidos com a intervenção social, bem como aproximar os pesquisadores da prática cotidiana, o que poderá potencializar os resultados de estudos e pesquisas. Como explicitado na literatura, deve-se lutar por uma universidade que garanta uma amalgama homogênea, formada pelos princípios de ensino, pesquisa e extensão. O ensino eficaz e transformador é respaldado pela qualidade e eficiência da pesquisa

e extensão. A partir do estudo, é possível verificar esforços nas experiências e ações da Escola de Governo no sentido de buscar o entrelaçamento do ensino, pesquisa e extensão. Tal esforço torna-se central, uma vez que os alunos da graduação em Administração Pública, ao ingressarem na carreira de EPPGG, nas várias secretarias do Estado de Minas Gerais, poderão contribuir para a elaboração de políticas públicas mais aderentes com a realidade social. Por outro lado, é necessário destacar que tal tarefa ainda encontra enormes desafios e entraves para sua efetivação de forma plena. ◀

Referências

BRASIL. Plano Nacional de Extensão Universitária Edição Atualizada Brasil 2000 / 2001 Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC. 2001

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública (CSAP)**. Belo Horizonte, [2007].

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública (CSAP)**. Belo Horizonte, [2016].

GOODE, William J.; HATT, Paul. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto, **Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário**. Revista Perspectiva, Florianópolis, 2015, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256,. 2015

MAZZILLI, Sueli; MACIEL, Alderlândia S. **A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: caminhos de um princípio constitucional.** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010. Caxambú. Anais. Caxambú, MG: Anped, 2010.

MOITA, F.M.G.S.C; ANDRADE, F.C.B. **Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissolubilidade na pós-graduação.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, 2009, v. 14, n.41, p. 269-393, 2009.

OLIVEIRA, Alfredo Almeida Pino de. **Análise documental do processo de capacitação dos multiplicadores do projeto “Nossas crianças: Janelas de oportunidades” no município de São Paulo à luz da Promoção da Saúde.** 2007. 210 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Coletiva) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOUZA SANTOS, Boaventura de (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 721-756.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005

Aspecto Ambiental	Impacto Ambiental	G	Causa Potencial	O	Forma Atual de Controle	D	Ação Recomendada	F	IRA	Ordem	Local
Consumo de energia elétrica	Comprometimento com os recursos naturais	3	Ar condicionado permanecer ligado	9	LAI						Todos os prédios
Construção	Consumo excessivo de recursos naturais	3	Utilização de materiais								

Sistema de gestão ambiental no SENGE-RS utilizando a ferramenta desenvolvida na UFRGS

Darci Barnech Campani: Gestão Ambiental - UFRGS
Acadêmica de Engenharia Ambiental: Tailana Bubolz Jeske

Introdução

Gestão Ambiental é compreendida como um processo participativo, integrado e contínuo, que visa a promover a compatibilização das atividades humanas com a qualidade e a conservação do meio ambiente. Para que isto ocorra, a política ambiental deve se aprimorar, criando

instrumentos e ferramentas para a adequada prática da Gestão Ambiental. Sua aplicação pode ocorrer no dia a dia das pessoas, nas corporações, nas organizações governamentais e não governamentais.

Conforme a norma NBR ISO14001 (ABNT, 2015), aspecto ambiental é definido como um elemento da atividade, produtos e/ou serviços de

uma organização que possa interagir com o meio ambiente. Desta maneira, o aspecto tanto pode ser uma atividade executada como uma máquina ou equipamento, os quais geram ou podem gerar algum efeito sobre o meio ambiente, o chamado impacto ambiental.

Segundo a definição trazida pela resolução CONAMA001/86, Artigo 1º, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- A saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- As atividades sociais e econômicas;
- A biota;
- As condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- A qualidade dos recursos ambientais.

A ferramenta Levantamentos de Aspectos e Impactos Ambientais (LAIA), modelo desenvolvido na UFRGS, é utilizada como Sistema de

Gestão Ambiental pelo Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul (SENGE-RS).

Metodologia: Como funciona a ferramenta LAIA?

A metodologia do LAIA tem como base a norma NBR ISO 14001/2015, cujo objetivo é a avaliação dos potenciais aspectos e impactos ambientais identificados em auditorias internas.

Para a priorização de ações propostas e a geração de indicadores de risco, o LAIA utiliza um método que fornece um Índice de Risco Ambiental (IRA), que é calculado pela multiplicação dos seguintes índices: gravidade do impacto (G), ocorrência da causa (O), grau de detecção (D) e facilidade de implementação da ação recomendada (F), conforme Quadro 1. Ao final dos levantamentos, a soma de todos os IRAs, resulta no Índice de Risco Ambiental Total (IRAT).

Cada índice é calculado de maneira diferenciada, e conta com a habilidade e aptidão do acadêmico responsável da UFRGS que fará as auditorias internas e atualizará o sistema. Seus respectivos valores são apresentados, conforme Quadros 2 a 5.

Quadro 1 - Informações da planilha de Levantamento de Aspectos e Impactos Ambientais (LAIA)

Aspecto Ambiental	Impacto Ambiental	G	Causa Potencial	O	Forma Atual de Controle	D	Ação Recomendada	F	IRA	Ordem	Local

Quadro 2 - Diretrizes para classificar o índice de Gravidade de Impacto (G)

G	Gravidade de Impacto
1	Difícilmente será perceptível.
2	Muito baixa para ocasionar algum impacto imediato ao ambiente.
3	Baixa, mas poderá ocasionar impacto ao ambiente em longo prazo.
4	Não conformidade com a Política de Gestão Ambiental da empresa.
5	Não conformidade com requisitos legais e normativos. Potencial de prejuízo baixo ao ambiente.
6	Não conformidade com requisitos legais e normativos. Potencial de prejuízo moderado ao ambiente.
7	Impacto somente à saúde das pessoas diretamente envolvidas com a tarefa.
8	Sérios prejuízos à saúde das pessoas diretamente envolvidas com a tarefa, com baixo impacto ao ambiente.
9	Sérios prejuízos à saúde das pessoas diretamente envolvidas com a tarefa, com moderado impacto ao ambiente.
10	Sérios riscos ao ambiente e à saúde das pessoas nos arredores da empresa.

Quadro 3 - Diretrizes para classificar o índice de Ocorrência da Causa (O)

O	Ocorrência da Causa
1	Não foi observada ocorrência em período maior que o de referência.
2	Ocorreu uma vez no período, mas é improvável uma nova ocorrência.
3	Ocorreu uma vez no período, e pode ocorrer novamente.
4	Ocorreu duas vezes no período de observação.
5	Ocorreu três vezes no período de observação.
6	Ocorreu quatro vezes no período de observação.
7	Ocorreu cinco vezes no período de observação.
8	Ocorreu seis vezes no período de observação.
9	Grande possibilidade de ocorrer cada vez que executada a tarefa.
10	Ocorre sempre que se executa a tarefa.

Quadro 4 - Diretrizes para classificar o índice de Grau de Detecção (D)

D	Grau de Detecção
1	Detecção rápida e solução rápida.
2	Detecção rápida e solução a médio prazo.
3	Detecção a médio prazo e solução rápida.
4	Detecção rápida e solução a longo prazo.
5	Detecção a médio prazo e solução a médio prazo.
6	Detecção a longo prazo e solução rápida.
7	Detecção a médio prazo e solução a longo prazo.
8	Detecção a longo prazo e solução a médio prazo.
9	Detecção a longo prazo e solução a longo prazo.
10	Sem detecção e/ou sem solução. (Sem controle).

Quadro 5 - Diretrizes para classificar o índice de Facilidade de Implementação da Ação Recomendada (F)

F	Custo	Nº de pessoas	Tempo
1	Não existe tecnologia ou o custo da mesma é inviável.		
2	Alto	Todas	Alto
3	Alto	Apenas envolvidas com a tarefa	Alto
4	Alto	Todas	Baixo
5	Alto	Apenas envolvidas com a tarefa	Baixo
6	Baixo	Todas	Alto
7	Baixo	Apenas envolvidas com a tarefa	Alto
8	Baixo	Todas	Baixo
9	Baixo	Apenas envolvidas com a tarefa	Baixo
10	Mínimo custo ou custo benefício de retorno imediato.		

O IRA é o produto dos indicadores G, O, D e F respectivos de cada impacto ambiental, que podem variar de 1 a 10000, gerando uma classificação. “Esta classificação, em ordem decrescente, permite que os usuários percebam quais aspectos devem ter prioridade de ações a serem tomadas em um produto/processo/função, de modo que o aspecto mais impactante (maior IRA) venha primeiramente, seguido do segundo aspecto mais impactante e assim sucessivamente. Desta forma, é possível se deter primeiramente no desenvolvimento de ações recomendadas para as causas potenciais mais impactantes” (CAMPANI, 2006).

Quadro 6 - Informações da planilha 5W2H

IRA	Ordem de prioridade	MEDIDA	PROCEDIMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO	LOCAL	RAZÃO	ORÇAMENTO
		O que?	Como?	Quem?	Quando?	Onde?	Por que?	Quanto?

A estruturação e implementação do plano de ações é realizado durante uma reunião com a acadêmica e o professor da UFRGS juntamente com a direção e membros dos setores do

Com as auditorias realizadas e o LAIA atualizado, o objetivo final do processo é diminuir o Índice de Risco Ambiental Total (IRAT) do LAIA, através do plano de ação, que é apresentado pela planilha de 5W2H, conforme Quadro 6. O objetivo da planilha 5W2H é a estruturação e implementação do plano de ações sugerida pela aplicação do LAIA, além de monitorar o andamento das tarefas sugeridas, registrar as atividades concluídas, as datas de realização e observações dos procedimentos.

SENGE-RS, conforme Figura 1. Na reunião são discutidos os procedimentos para as medidas, fixando os responsáveis e prazos.



Figura 1 - Componentes na reunião da atualização do LAIA 2016

Resultados

Os resultados obtidos nas atualizações do LAIA foram satisfatórios, visto que o Índice de Risco Ambiental Total diminui nas três atualizações, apesar de o IRAT diminuir pouco na atualização 2016 para a de 2017, conforme Quadro 7. Este fato é devido ao curto intervalo de tempo, e também porque foram observadas novas causas

potenciais de impactos ambientais na atualização de 2017 — esses itens, o IRA Total teria o valor de 46445, demonstrando que algumas medidas propostas do plano de ações de 2016 foram seguidas. Algumas causas potenciais que obtiveram diminuição do IRA de 2016 para 2017 estão listadas no Quadro 9.

Quadro 7 - Índices de Risco Ambiental Total

LAIA	2010	2016	2017
IRA Total	65750	51407	50132

Quadro 8 - Novas causas potenciais de impactos ambientais na atualização do LAIA 2017

Aspecto Ambiental	Impacto Ambiental	G	Causa Potencial	O	Forma Atual de Controle	D	Ação Recomendada	F	IRA	Ordem	Local
Consumo de energia elétrica	Comprometimento com os recursos naturais	3	Ar condicionado permanecer ligado	9	LAIA	9	Verificar e desligar o ar condicionado após o término do uso das salas	8	2187	8	Todo o prédio
Construção de nova edificação	Consumo excessivo de recursos naturais	3	Falta de utilização de critérios LEED	10	LAIA	10	Adequar o projeto do prédio novo com critérios LEED - Greenbuilding	5	1500	15	Prédio novo

Quadro 9 - Causas potenciais que obtiveram diminuição do IRA

Causa Potencial	IRA (LAIA 2010)	IRA (LAIA 2016)	IRA (LAIA 2017)
Uso de flip chart	2430	2430	108
Incoerência com a coleta seletiva	6600	6000	4860
Fixar padrão de lâmpadas para LED	Não existente	1350	1200

Após a implementação do LAIA 2010, foram desenvolvidos materiais gráficos contendo frases educativas de conteúdo ambiental para serem colocados na Sede do SENGE-RS, conforme Figura 2. Também, foi implantado um coletor de

papa-pilhas e baterias na recepção do SENGE, para a utilização do público interno e externo, conforme Figura 3. Ainda, o padrão de identificação e cor de sacos foi adequado aos coletores de resíduos de todo o prédio.

Papel Toalha



Interruptor



Figura 2 - Alguns adesivos da campanha interna



Figura 3 - Papa-pilhas e baterias na recepção do SENGE-RS

Por meio do LAIA 2016, foi desenvolvido um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), para detalhar melhor os impactos ambientais e as causas potenciais da geração de resíduos sólidos. No PGRS, foi realizado o levantamento qualitativo e quantitativo dos resíduos perigosos e não perigosos, sendo identificada, não conformidades e oportunidades de melhoria. Além disso, foram levantados todos os procedimentos dos tipos de resíduos: segregação, acondicionamento, identificação, transporte interno, armazenamento, coleta e transporte externo, e destino final. Após os levantamentos, foram montados Programas de Gerenciamento de Resíduos Perigosos e Não Perigosos, Educação

Ambiental e Monitoramento.

Para amenizar os impactos ambientais observados, a partir do LAIA 2017 foi criado um canal interno mensal com textos de conscientização ambiental para os funcionários do Sindicato, conforme o exemplo da Figura 4.

O SENG-RS possui um espaço em seu site, no qual divulga o projeto SENG Sustentável, conforme Figura 5, explicando a metodologia do LAIA utilizado como Sistema de Gestão Ambiental, além de divulgar os resultados dos projetos ambientais realizados e disponibilizar links de órgãos, instituições e legislações ambientais.



Figura 4 - Canal interno de julho de 2017



Figura 5 – Página do projeto SENG Sustentável

Considerações finais

Durante todo o processo de implantação da ferramenta LAIA no SENG-RS, impactos ambientais provenientes de diferentes causas foram mitigados através das ações propostas pela tabela 5W2H. Os dados obtidos nas duas atualizações, demonstraram a eficiência da ferramenta não só como identificadora, mas também como norteadora para realização de ações que visaram diminuir os impactos ambientais presentes na

instituição.

O LAIA como Sistema de Gestão Ambiental proporcionou benefícios para a instituição, tais como: diminuição de custos, conformidade com a legislação, melhoria da imagem, aumento da conscientização ambiental das pessoas, melhoria do gerenciamento e padronização dos processos, rastreabilidade de informações técnicas, entre outras. Isso foi possível devido ao envolvimento e comprometimento da direção e membros do SENG-RS com o desenvolvimento do projeto. ◀

Referências

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO 14001: Sistemas de gestão ambiental- Especificação e diretrizes para uso**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.
- CAMPANI, D. B. et al. **A Gestão Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. In: V Congresso de AIDIS-Sección Uruguaya, 2005.
- CONAMA – Conselho Nacional do Meio ambiente (2005). **Resolução 001: "Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA"**, de 23 de janeiro de 1986.



Mais dança na escola: apreciação estética e formação

José Rafael Madureira: Educação Física - UFVJM (Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri)
Mônica Freitas Lucinda de Souza: Educação Física – UFVJM
Daniel Gonçalves Pereira: Educação Física - UFVJM
Flor Murta: Curso Técnico em Teatro - IFNMG

A dança está presente na vida das pessoas desde tempos remotos. Ela nasce da necessidade humana de conexão e harmonização com as vozes da natureza. Como linguagem e arte, já esteve intimamente associada à rituais sagrados, casamentos, funerais, especialmente para os povos orientais.

No contexto da civilização moderna europeia, a dança se esvaziou dessa dimensão transcendental. Todavia, saber dançar era imprescindível para a sociedade da corte, o que garantiu ao *maître de danse*, que era ao mesmo tempo músico e professor de dança, uma posição de destaque entre os súditos. Pouco a pouco, a atividade

deixou de ocupar o centro da formação do cortesão, especializando-se como espetáculo cênico destinado ao divertimento da corte.

A virada do século XIX para o século XX foi cenário de grandes revoluções para a dança, que recuperou as suas forças generativas, apresentando-se como uma arte independente, como linguagem cênica transnacional.

Rudolf Laban, foi um dos protagonistas dessa revolução. Ao pensar a dança como Coreologia (RENGEL, 2014), Laban revelou uma genialidade sem precedentes. O termo Coreologia abarca os radicais “chorós” ((χορός)) e “lógos” (λόγος) que, ao serem combinados, produzem múltiplos sentidos: “arte da dança”, “linguagem da dança”,

“ciência da dança”, observando-se que é possível substituir o termo dança (*chorós*), por “espaço” ou “movimento no espaço”.

Assim, diante de todo esse potencial cultural e formativo, acreditamos que a dança deveria estar na escola, embora saibamos que esse conteúdo encontra-se praticamente ausente das aulas de Artes e Educação Física, disciplinas que historicamente priorizam, respectivamente, as artes visuais e o esporte. Assim, resta como referência para as crianças e jovens apenas o que a grande mídia vincula como informação sobre o assunto.

Com base nessa concepção, escrevemos o projeto Processo Criativo em Dança, contemplado por três vezes pelo Programa de Bolsas de Apoio à



Figura 2 - Estudo Coreográfico nº 4, E.E. Mata Machado (30/11/2016)
Fonte: Acervo pessoal dos autores

Cultura e à Arte (Procarte), um edital criado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) com o propósito de buscar estratégias para ampliar o acesso da comunidade acadêmica às diversas expressões culturais e artísticas.

Destacamos que o projeto Processo Criativo em Dança foi escrito em consonância com as Metas do Plano Nacional de Cultura, destacando-se a meta nº 19, para a qual “o apoio à pesquisa acadêmica ou de linguagem torna possível desenvolver o conhecimento no campo da cultura, das linguagens artísticas e do patrimônio cultural” (BRASIL, 2012, p. 62), e a meta nº 22, que aponta para o apoio, o incentivo e a valorização de

grupos e coletivos locais, pois “[...] são espaços privilegiados para a experimentação e inovação tanto amadora como profissional. Além disso, são lugares nos quais as manifestações artísticas podem ser divulgadas e a diversidade cultural, valorizada” (ibidem, p. 68).

Pensamos em desenvolver na escola um programa de ensino de dança, mas deliberamos que a apreciação estética potencializaria os nossos esforços como artistas e pedagogos da área. Assim, delimitamos como objetivo central do projeto a composição de nove estudos coreográficos que deveriam ser apresentados em pelo menos 50 sessões nas escolas públicas de Diamantina (MG) e região.



Figura 3 - Estudo Coreográfico nº 3, E. E. Prof. José Augusto Neves (27/06/2016)
Fonte: Acervo pessoal dos autores



Figura 4 - Estudo Coreográfico nº 2, E. E. Profª. Gabriela Neves (30/11/2016)
Fonte: acervo pessoal dos autores

O ponto de partida

Buscamos inspiração estética nos trabalhos de alguns coreógrafos como Pina Bausch, Wim Wandekeybus, Mats Ek, Anna Teresa de Keersmaeker, Lloyd Newson, William Forsythe, entre outros. Desejávamos estabelecer uma relação orgânica com a linguagem musical, o que nos aproximou da experiência de Hellerau-Laxemburg e, conseqüentemente, da Rítmica de Jaques-Dalcroze (MADUREIRA, 2008).

Assim, iniciamos o projeto com uma substancial pesquisa musical a partir de compositores contemporâneos, como Ernst Mahle, Pierre Henry, Philip Glass, Bright Sheng, Yorituni Matsudaira, John Cage, Steve Reich e Toru Takemitsu.

Após realizarmos essa primeira etapa da pesquisa, investimos um tempo considerável na preparação técnica dos intérpretes que compõem o grupo de trabalho do projeto. A base conceitual da proposta, evidentemente, segue os princípios estético-pedagógicos da Rítmica de Jaques-Dalcroze, como também se orienta pela Coreologia de Laban e pela Estética Aplicada de François Delsarte (MADUREIRA, 2009). Além desses autores clássicos de referência da dança moderna, nos orientamos através da CoreoDramaturgia de Joana Lopes (2007) e de outras produções contemporâneas como os trabalhos de DUPUY (2012), KEERSMAEKER/CVEJIC (2012) e CAGE (2011).

Depois dessa preparação técnica e expressiva dos intérpretes, iniciamos os laboratórios de criação,

que culminaram na produção de cinco estudos coreográficos (Quadro 1).

com o Teatro Santa Izabel, e que contou com a participação de 5 grupos/intérpretes convidados,

Estudo coreográfico	Trilha sonora	Compositor	Estrutura coreográfica	Duração
Nº 1	Vai Vedrai	Réné Duperé (1994)	Coro misto seis integrantes mais um ator	4 minutos
Nº 2	Extrato da obra Iliris	Diterzi/P. Decouflé(2003)	Quinteto	2 minutos
Nº 3	Tema de lumeji	S. Umebayashi (1991)	Trio	3 minutos
Nº 4	Variações para uma Porta e um suspiro	P. Henry (1963)	Quinteto	7 minutos
Nº 5	Manhã no Hotel	Z. Preisner (1993)	Coro cinco mulheres mais um ator	3 minutos

Quadro 1 - Ficha técnica dos estudos coreográficos produzidos

Importante destacar que a maior parte dos estudos coreográficos foi concebida à luz da estrutura formal das composições musicais, registradas através do suporte da partitura (*tempo* musical, estrutura harmônica, fraseologia, dinâmicas de intensidade e agógica). Em obras como, por exemplo, 25 Variações para uma Porta e um Suspiro (Pierre Henry, 1963), foi preciso buscar outros caminhos de aproximação, pois a música eletroacústica/concreta não se organiza a partir da notação musical.

Alguns resultados alcançados

Até o presente momento, concebemos cinco estudos coreográficos, que foram apresentados em 31 sessões, para um público total de 1.664 crianças e jovens, entre 4 e 17 anos. As intervenções foram produzidas nas seguintes escolas públicas de Diamantina: EMEI Prof. Célio Hugo Pereira, E. E. Profa. Izabel Mota. E. E. Matta Machado, E. E. Profa. Júlia Kubitschek, E. E. Prof. José Augusto Neves, E. E. Prof. Leopoldo Miranda e E. E. Gabriela Neves.

Também realizamos a I Mostra de Estudos Coreográficos, um evento concebido em parceria,

destacando-se a performance de dança clássica indiana *Bharatanatyam*, interpretada por Bárbara Malavoglia (São Paulo). Nesse evento, pudemos compartilhar um pouco de nossa proposta com o público adulto.

Considerações finais

Iniciamos o projeto Processo Criativo em Dança movidos pelo desejo de pesquisar a linguagem da dança-teatro e compartilhar a produção artística, realizada junto aos intérpretes, com as crianças e jovens das escolas públicas de Diamantina (MG) e região.

Apesar dos estudos coreográficos concebidos não seguirem a lógica observada nas produções da indústria cultural de massa, ou seja, não serem de fácil assimilação, eles foram recebidos pelo público com muito entusiasmo.

Partimos da convicção de que a criança é um público exigente, e que merece fruir de um trabalho cênico de qualidade, o que exigiu de toda equipe um empenho muito grande (vários finais de semana e feriados). Apostávamos que as crianças seriam capazes de apreciar toda



Figura 5 - Estudo Coreográfico nº 4, E. E. Prof. Leopoldo Miranda (22/02/2017)
Fonte: acervo pessoal dos autores

teatralidade inerente às formas lúdicas da dança contemporânea, enfim, sua poética. Contávamos com elas para que os estudos coreográficos produzidos pudessem ser reinventados a cada sessão.

Assim, ouvimos com bastante interesse as suas

reações de espanto e júbilo. Não por acaso, a típica algazarra escolar era interrompida por completo assim que os intérpretes entravam em cena, e um silêncio atento, inesperado e improvável nos alertava sobre a responsabilidade da arte e do artista nos processos de formação estética da criança. ◀

Referências

BRASIL . Ministério da Cultura. **As Metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília, 2012.

CAGE, J. **Silence: lectures and writings**. 2. Ed. EUA: Wesleyan University Press, 2011.

DUPUY, F. **On ne danse jamais seule**. Paris: Ressouvenances, 2012.

KEERSMAEKER, A. T. De; CVEJIC, Bojana. **A choreographer's score: Fase, Rosas danst Rosas, Elena's Aria, Bartók. Brussels**: Mercatofonds, 2012.

LOPES, Joana. **Coreodramaturgia: a dramaturgia do movimento**. 2. Ed. Santos: AS Editora, 2007.

MADUREIRA, J. R. **A estética aplicada de François Delsarte: entre memórias e esquecimentos, Imaginário** (USP). São Paulo, n.17-18, p.310-345, 2009.

_____. **Émile Jaques-Dalcroze: da experiência poética da Rítmica**. Campinas: Faculdade de Educação da Unicamp, 2008, 210 p. (tese de doutorado em Educação).

RENGEL, L. **Dicionário Laban**. 3. Ed. São Paulo: Anadarco, 2014.



Grupo Viveiros Comunitários: 20 anos em prol da biodiversidade

Paulo Brack: Instituto de Biociências – UFRGS
Acadêmicas em Biologia: Carolina Costa Alff, Luana Pereira de Souza e Natasha Nonemacher Magni

Viveiro Bruno Irgang: uma proposta de viveirismo comunitário e ecológico

O Grupo Viveiros Comunitários (GVC) é um projeto de extensão que atua em práticas integradas à pesquisa, à educação ambiental e ao intercâmbio de saberes com diferentes comunidades

tradicionais, rurais e urbanas. A iniciativa surgiu em 1997, tendo sido iniciada por estudantes e professores do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, envolvendo muitos participantes e colaboradores ao longo dos seus 20 anos de história. As atividades exercidas pelo grupo envolvem temas relativos à agrobiodiversidade, à produção

de mudas nativas da flora regional e à promoção do viveirismo comunitário.

O trabalho do GVC teve início com um pequeno viveiro, na proximidade da antiga sede do Diretório Acadêmico do Instituto de Biociências, do curso de Ciências Biológicas da UFRGS, que na época se localizava no Campus do Centro. A partir de 1999, foram iniciados projetos em parceria com escolas públicas, e também com a Reserva Biológica do Lami (RBL), desenvolvidos na porção do extremo sul de Porto Alegre (COLOMBO, 2012). Atualmente, o GVC conta com um espaço, o Viveiro Bruno Irgang (VBI), localizado no Instituto de Biociências (IB), no Campus do Vale da UFRGS. O VBI cultiva a memória de um importante professor e botânico, ligado às causas da flora nativa do RS e às origens

do viveiro, homenageado ainda em vida.

O GVC, problematiza o que Vandana Shiva denomina de "Monoculturas da Mente" (SHIVA, 2003), desde o espaço do campo até a realidade de afastamento da natureza vivido nas cidades, inclusive nas universidades. Como instrumento prático, busca resgatar espécies de plantas estratégicas – raras e/ou ameaçadas, subutilizadas, não-convencionais ou desconhecidas – assim como a utilização das plantas nativas. Este resgate constitui também a base de práticas emancipatórias e de autonomia, ligadas predominantemente à agroecologia e aos Sistemas Agroflorestais (SAF). Para tanto, a manutenção do VBI e as relações estabelecidas com outros grupos e pessoas vinculados à temática agroecológica permitem a constituição de um espaço de aprendizado e



Figura 2 - Espaço atual do Viveiro Bruno Irgang.
Fonte: Arquivo GVC

experimentação, o que também chamamos de “Laboratório Vivo”.

Na experiência do GVC, a prática do viveirismo é atrelada à importância da manutenção da biodiversidade, priorizando espécies e variedades da flora regional para fins de conservação, especialmente *ex situ* (fora da natureza) e *on farm* (em sistemas de produção). Além disso, conta com uma gestão coletiva, horizontal, através da socialização do que é produzido, sem visar à obtenção de lucro. Em geral, as mudas produzidas são destinadas a comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, a produtores agroecológicos e escolas. Destaca-se a importância dos vínculos entre as comunidades demandantes e o GVC. Dessa forma, o VBI constitui um viveiro não convencional, que atende à sociobiodiversidade,

opondo-se ao viveiro comercial, por estar alinhado com uma proposta ecológica e de base essencialmente comunitária.

O desafio da multifuncionalidade

O GVC atua em diferentes frentes na temática ambiental, tendo o VBI como espaço-chave no desenvolvimento de diferentes projetos. Dentre as atividades promovidas pelo grupo, destacam-se: Ocupações Verdes (OV), plantios em propriedades de comunidades tradicionais, rurais, escolares e em ambiente urbano; oficinas de educação ambiental para estudantes do ensino básico; oficinas e cursos teórico-práticos de Botânica, explorando um viés de identificação das plantas, com foco nas arbóreas nativas e,

mais recentemente, nas Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), (BRACK, 2016); e palestras e debates acerca de políticas públicas em biodiversidade. O GVC também participa de feiras, encontros científicos e eventos diversos, principalmente inseridos na temática da agroecologia, divulgando a flora nativa e a importância do viveirismo como ferramenta de educação ambiental, visando à autonomia e à conservação da biodiversidade.

Além do trabalho voltado ao público, o VBI, internamente, constitui uma base de aprendizado para os vários integrantes do Grupo Viveiros Comunitários, desde a sua construção. É realizado o manejo diário do espaço e das mudas, um trabalho incessante e apaixonado, cujos frutos

nem sempre são perceptíveis em curto prazo. O desafio, para além da gestão do espaço físico, vem do caráter multifuncional e dinâmico do grupo, que abrange não apenas as práticas viveiristas, mas, também, as áreas da conservação da biodiversidade, da educação ambiental, da pesquisa científica, das políticas públicas e do desenvolvimento rural. Um viveiro comunitário e ecológico é um eixo de saberes formado por inúmeras pessoas e pleno de potencialidades.

Viveiros como guardiões da biodiversidade ou da agrobiodiversidade

A partir do I Encontro de Viveiros do Rio Grande do Sul, realizado pelo GVC em parceria com o



Figura 3 - Estudantes do ensino básico em visita ao Viveiro Bruno Irgang.
Fonte: Arquivo GVC



Figura 4 - Banca do Grupo Viveiros Comunitários na tradicional Feira dos Agricultores Ecologistas, de Porto Alegre.
Fonte: Arquivo GVC

Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (INGA, 2004), foram constatadas dificuldades comuns entre os viveiros estaduais, sendo uma delas a falta de apoio por parte do sistema público, no que tange ao incentivo à produção de mudas de espécies nativas. Ainda hoje, faz-se necessária a implementação de políticas públicas que contemplem a biodiversidade regional e local, com especial atenção para a manutenção de bancos de germoplasma de espécies raras, endêmicas e ameaçadas. Infelizmente, consideramos dramática a falta de produção de plantas nativas em um Estado que possui mais de 4500 espécies de plantas vasculares, inclusive aquelas que poderiam estar inseridas nos sistemas produtivos, já que 99% da produção de mudas de árvores ou de qualquer outro tipo de planta é baseado em plantas exóticas.

Um viveiro como estratégia de conservação *ex situ*, pode e deve ter seus grupos de viveiristas reconhecidos como guardiões da biodiversidade ou da agrobiodiversidade. A produção de espécies ameaçadas é uma das prioridades como forma de enfrentamento do processo de extinção biológica, consistindo num incremento populacional no campo, incluindo sistemas produtivos agroecológicos (conservação *on farm*). De certa forma,

como exemplo, destacamos a produção de mudas de butiá (*Butia spp.*), palmeira-juçara (*Euterpe edulis*) e araucária (*Araucaria angustifolia*), espécies de imensa importância ecológica, muito simbólicas no Rio Grande do Sul, e que vêm tendo seu potencial funcional sistêmico cada vez mais reconhecido.

Como metas futuras, desde curto até longo prazo, tem-se a publicação e a divulgação de materiais, como a Cartilha das PANC (KELEN *et al.*, 2015), a formação e o aperfeiçoamento de uma rede de guardiões da biodiversidade, que inclua diferentes instituições e comunidades de cunho agroecológico, a ponto de promover o intercâmbio de conhecimentos e propágulos. A produção de mudas deve estar integrada com atividades educacionais, de pesquisa e de divulgação da biodiversidade e da agrobiodiversidade. ◀

Referências

BRACK, Paulo. **Plantas Alimentícias Não Convencionais**. Revista *Agriculturas Experiências em Agroecologia*. Rio de Janeiro. AS-PTA Agricultura Familiar e agroecologia. v. 13- n. 2, p. 4-5. Julho. 2016. Disponível em : http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Agriculturas_V13N2-Editor-Convidado.pdf.

COLOMBO, C.D.M. **Contribuições do Grupo Viveiros Comunitários na Formação Inicial de Estudantes de Ciências Biológicas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012.

INGÁ. **Relato do Encontro de Viveiros de Plantas Nativas do Rio Grande do Sul**. 2004. Disponível em: http://www.inga.org.br/docs/Encontro_Viveiros_Plantas_Nativas.pdf

KELEN, M. et al. **Plantas alimentícias não convencionais (PANCs): hortaliças espontâneas e nativas**. Ed. UFRGS: Porto Alegre. 2015.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. 2003.



Resgatando o Patrimônio Musical de Diamantina

Simone Santos (UFVJM): Departamento de Linguística e Língua Portuguesa - UFVJM
Acadêmico de Licenciatura em Letras: Diego Aguilar
Acadêmica do Conservatório de Música Lobo de Mesquita de Diamantina: Cindy Silva

Resumo

O presente artigo visa a socializar as ações extensionistas empreendidas em torno do resgate do arquivo de partituras da Banda de Música do 3º Batalhão da Polícia Militar da cidade de Diamantina/MG. Como um dos berços da música mineira, a cidade guarda hoje um rico acervo

de partituras musicais, datados entre os séculos XIX e XXI, mas que não contam com nenhuma política de salvaguarda, o que torna urgente o trabalho de resgate desses acervos. Para alcançar nossos objetivos, nos valem, sobretudo, dos trabalhos de André Cotta (2000, 2006, 2011), o qual tem se debruçado, do ponto de vista teórico-metodológico, no tratamento da informação de arquivos musicais brasileiros, e nos trabalhos

de Charaudeau (2008), no âmbito da Análise do Discurso, tendo em vista a projeção da memória e de estratégias identitárias presentes nesses arquivos.

Palavras-chave: Arquivologia Musical; Tratamento da Informação; Arquivo de Partituras.

1 - Introdução

A cidade de Diamantina é reconhecida mundialmente, entre outros fatores, pela riqueza do seu acervo cultural – que se traduz na amplitude do seu parque arquitetônico, na forte presença artística e musical e no reconhecimento de práticas jurídicas, literárias e sociopolíticas que evidenciam a importância das ideias e indivíduos da sociedade local e suas interações com as produções de outras regiões e processos sociais emergentes, tanto na Europa quanto na própria América.

Em meados do século XVIII, o sonho do eldorado lusitano finalmente se concretizava. O avanço de pioneiros rumo ao interior do Brasil foi premiado com o descobrimento de metais preciosos na região das “Gerais”. O Arraial do Tijuco estava destinado a seguir a vocação mineradora, pois nessa localidade foram encontrados metais preciosos e pedras preciosas como o diamante. O Arraial passou a ser o centro do Distrito Diamantino e a Coroa instalou ali um aparato administrativo-tributário responsável pelo controle fiscal da produção mineira. A ocupação portuguesa ultrapassou as condições burocráticas, chegava ao Tijuco a cultura e o modo de vida portuguesa, possibilitando o desenvolvimento de um “diálogo” intercultural, não sem resistência, não sem sofrimento, tendo em vista a base escravocrata que sustentava o garimpo local. Esse contato resultou em manifestações religiosas e musicais que enraizaram-se na região, formando boa parte do patrimônio imaterial diamantinense, presente até os dias atuais. Diamantina possui um patrimônio arquitetônico, cultural e natural rico e preservado.

Fica localizada na borda da Serra do Espinhaço, dividindo as bacias do Rio São Francisco e do Rio Jequitinhonha. É uma região mais afastada dos grandes centros urbanos e, por isso mesmo, menos populosa e mais preservada. Com quase três séculos de fundação, passando de povoado a arraial até chegar a município, Diamantina é uma cidade rica em história e tradições. Os desbravadores chegaram em busca do ouro, mas não demorou para que descobrissem que a vocação daquela terra era outra. Uma vocação que presenteou o homem com uma verdadeira preciosidade, ou seja, a formação do município está intrinsecamente ligada à exploração de diamantes, atividade que inspirou a designação da cidade.

É com a descoberta das lavras de diamante que, em 1832, a região ganha status de vila para, em 1838, tornar-se cidade. Cem anos depois, Diamantina é tombada como Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural Nacional e, em 1999, após um longo processo de documentação e registro, é reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Do Arraial do Tijuco originou-se Diamantina, mas, para além do conjunto arquitetônico e urbanístico, a cidade comporta outros elementos que a definem como patrimônio cultural da humanidade. A influência europeia marcou profundamente a cultura local, notabilizada pelas serestas, os arraiolos, os saraus e as trovas. Essas manifestações, tipicamente portuguesas, ao longo dos anos, passaram por adaptações locais, adquirindo singularidades e refletindo a identidade da comunidade local.

O vigor da produção musical do Arraial do Tijuco foi revelado pelas pesquisas do musicólogo Francisco Curt Lange. Segundo Fernandes e Conceição (2007, p.267), a presença musical é indissociável da identidade cultural de Diamantina. Uma legião de músicos, principalmente negros e mestiços livres ou alforriados por circunstâncias diversas, esmerava-se no desempenho de sua arte, em busca de independência econômica e afirmação social perante as elites. A tradição musical portuguesa, bem como a do



próprio negro africano, e a nostalgia provocada pelo isolamento nas montanhas do interior do país, são algumas das explicações possíveis para a presença marcante da música, em todo e qualquer acontecimento social, desde os primórdios da formação do Tijuco. Atualmente, um número crescente de viajantes desloca-se para a cidade com o objetivo de participar das “vesperatas”, que ocorrem mensalmente, de abril a outubro, na Rua da Quitanda, no centro histórico. A cidade ainda cultiva a paixão pelo piano, instrumento presente e vivo no cotidiano das famílias, bem como possui um número expressivo de músicos que se destacam no Jazz, na Valsa, na Bossa Nova, no Samba, no Choro, na Serenata, na MPB e na música erudita.

Apesar da presença forte desse patrimônio musical, o qual também ganha espaço no Conservatório de Música Lobo de Mesquita, uma das poucas escolas de música estaduais existentes no Estado de Minas Gerais, a cidade é carente no que se refere a políticas de preservação de arquivos musicais seculares, como o acervo da Banda de Música do 3º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, foco das ações extensionistas subjacentes a este texto.

Primeiramente, é preciso observar que não existe, em pleno século XXI, uma política efetiva de tratamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro. A lei do direito autoral 9.610/98, que ampliaria o acesso a documentos, por exemplo, está paralisada no Congresso Nacional. A atual conjuntura político-econômica que o país enfrenta tem inviabilizado a abertura de editais destinados a este fim. Diante disso, somente uma mobilização de profissionais ligados a diversas áreas de conhecimento, a exemplo da História, Musicologia, Arquivologia e Estudos da Linguagem poderá viabilizar as ações necessárias para modificar esse quadro, já que, entre outros fatores, os cursos de graduação ligados à gestão da informação não nos parecem disponibilizar profissionais suficientes para lidar com a quantidade de arquivos espalhados pelo país, sobretudo quando se trata de arquivos presentes no interior do Brasil, como é o caso dos acervos diamantinenses.

Alguns órgãos, como o IPHAN¹, estão presentes na preservação de acervos, como, por exemplo, os presentes na Biblioteca Antônio Torres, situada

1. IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

no Centro histórico de Diamantina. Já outros acervos, como o de partituras musicais da Banda de Música do 3º Batalhão da Polícia Militar e o arquivo de partituras da Mitra Arquidiocesana de Diamantina, carecem de cuidados emergenciais, no que se refere ao acondicionamento, higienização, inventariação e digitalização. Tudo isso é agravado se considerarmos o aspecto temporal e as condições de armazenamento, que vão deteriorando dia após dia esses documentos históricos, os quais refletem e refratam a identidade e a memória da cidade e de seus habitantes.

Além disso, para propormos a instauração de um “paradigma da acessibilidade”, proposto por Cotta (2011, p. 481), segundo o qual seria admitido o livre fluxo das informações necessárias a atividades diversas, estimulando a produtividade dos pesquisadores e da comunidade local – teríamos que pensar em formas de disponibilização desses acervos, garantindo sua ampla divulgação, sem, contudo, expor tais documentos ao manuseio excessivo ou a situações de risco, como as propiciadas pelo ambiente físico em que esses acervos, em geral, se encontram.

Para atuar na preservação desses arquivos musicais, submetemos projetos de extensão e pesquisa e montamos uma equipe que, hoje, é composta por três estudantes, os quais têm trabalhado diretamente com o inventário do acervo de partituras do 3º BPM. Concomitante a essas ações de extensão, a equipe tem desenvolvido pesquisas a partir do acervo em nível de Trabalho de Conclusão de Curso e Iniciação Científica, o que tem contribuído bastante para a divulgação das ações realizadas pela equipe.

Do ponto de vista interinstitucional, a presente proposta dialoga com o projeto intitulado **“Discursos sociais, estratégias identitárias e representações da memória: explorando acervos da Região dos Inconfidentes”**, coordenado pelo Prof. William Augusto Menezes, do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), na medida

em que pretende participar da construção de um centro de pesquisa em acervos ligados a cidades históricas de Minas Gerais. O referido projeto, já bastante consolidado no Programa de Pós da UFOP, vem trabalhando com acervos materiais e imateriais da Região dos Inconfidentes, mapeando-os e realizando pesquisas em diversas frentes temáticas, ligadas a domínios discursivos, como a publicidade, o discurso jurídico o midiático, narrativas de vida, entre outros.

2 - Percorso teórico

Do ponto de vista teórico, as ações extensionistas se apoiam no instrumental advindo da Musicologia e Arquivologia Musical, da Ciência da Informação e da Análise do Discurso. A partir dessa interface teórica, advinda de campos distintos, o arquivo musical é visto como patrimônio cultural, na medida em que se configura como bem cultural da região, e prática sociodiscursiva, na medida em que nos permite visualizar a projeção de identidades, memória e história, o que nos possibilita compreender como a sociedade diamantinense se comunica(va) por meio dessas práticas languageiras/musicais.

Marc Angenot, ao apresentar a noção de discursos sociais, enfatiza o caráter interlocutório daquilo que se diz e se escreve na sociedade — o que, segundo esse autor, não é jamais aleatório nem inocente. Mesmo uma querela de trabalho tem as suas regras e papéis, sua tópica, sua retórica e sua pragmática; e tais regras não são as mesmas de uma mensagem episcopal, de uma produção literária, artística ou musical, de um editorial ou declaração de um deputado. Ora, acrescenta o autor, isso ocorre porque tais regras não derivam do código linguístico enquanto tal. Elas não são atemporais, como se pensa o sistema da língua, mas formam um objeto particular, autônomo, essencial ao estudo do homem em sociedade. Esse objeto constitui, então, a maneira como as sociedades se conhecem pelo ato de falar, de escrever e de produzir sentido, enfim, pela

própria maneira como o homem em sociedade se narra e se argumenta.

Essa característica frisada por Angenot (1989) faz dos discursos, numa determinada situação de fala ou escrita, uma categoria de análise que percebe a produção da linguagem nos diversos domínios de prática social (como o político, o jurídico, o científico, o religioso, o literário, o musical etc.) como discursividade motivada, participante da construção da esfera pública em que circula. Trata-se, portanto, de uma noção que contém, em si, elementos de marcação identitária, bem como traços da memória individual e coletiva.

Contudo, uma visão sobre a questão identitária se evidencia nas próprias estratégias do sujeito que toma a palavra, deixando-a como registro da fala (ou escrita) no passado.

Patrick Charaudeau, na sua teoria de análise do discurso – a semiolinguística, leva-nos a perceber que a estruturação de qualquer ato de linguagem comporta dois espaços distintos: um espaço de coerções, que diz respeito aos dados mínimos aos quais é preciso satisfazer para que o ato seja válido, e um espaço de estratégias que corresponde às possíveis escolhas que os sujeitos podem fazer da encenação do ato de linguagem (CHARAUDEAU, 1995). A noção de estratégias articula-se, portanto, ao modo como um sujeito (individual ou coletivo) é conduzido a escolher (de maneira consciente ou não) um número de operações languageiras, num quadro de coerções ou limitações (regras, normas ou convenções) compartilhado pelos participantes da relação discursiva.

Dessa forma, ao se propor o estudo das “estratégias identitárias”, tem-se em vista a dimensão interlocutória de toda fala que se constitui no espaço público. Como frisa Angenot (1984), trata-se, assim, do exame daquilo que se fala ou se escreve a alguém, numa situação concreta, para determinada(s) finalidade(s). Em nosso caso, frisamos, aquilo que, como dito ou escrito por um

sujeito e endereçado a alguém, nas circunstâncias de discurso, se tornou documento ou monumento (LE GOFF, 2003, pp. 525-41), favorecendo-nos uma leitura dos acontecimentos do passado e das estratégias identitárias projetadas em tais acontecimentos.

Ter em vista o exame dos acontecimentos discursivos – ou aquilo que aconteceu no mundo segundo uma construção dos sujeitos, pelo discurso – coloca-nos a possibilidade de aproximação entre as áreas da Análise do Discurso (ou Linguística do Discurso), da Arquivologia Musical e da Ciência da Informação, uma vez que, a partir de uma análise das partituras, podemos mapear marcas identitárias deixadas pelos sujeitos que as compuseram e, ao mesmo tempo, preservar e difundir informações a respeito do arquivo para o grande público.

Numa proximidade para com o trabalho do historiador – para quem o arquivo corresponde ao *locus* onde se encontram depositadas as fontes do seu ofício –, a noção de arquivo em Análise do Discurso comporta uma dimensão de local onde se encontram os *corpora* que permitem visualizar e proceder a recortes na produção de enunciados que foram conservados e guardados por uma determinada sociedade. Há, no entanto, que se desenvolver essa noção para perceber o arquivo como reunião dos enunciados de um mesmo posicionamento, de um mesmo sistema geral de formação e transformação (FOUCAULT, 1971), que são inseparáveis de uma memória e de instituições (MAINGUENEAU, 1998).

Diante disso, o projeto de extensão o qual estamos desenvolvendo possui um duplo objetivo: 1) o resgate do patrimônio musical diamantinense materializado pelo arquivo de partituras da banda de música do 3º BPM, a partir de uma metodologia advinda da Arquivologia Musical e da Ciência da Informação; e 2) a formação de um banco de dados em Estudos da Linguagem, mais especificamente centrado em interesses da Análise do Discurso e reconhecimento dos

acervos da Região.

3 - Procedimentos metodológicos e alguns resultados obtidos

As ações extensionistas se constituíram a partir dos seguintes procedimentos metodológicos:

- a) visita ao arquivo de partituras do 3º BPM, para execução da pesquisa/levantamento de dados;
- b) inventariação de parte do arquivo, que consistiu na descrição e catalogação de documentos de abrangência do arquivo em questão;
- c) levantamento bibliográfico e leitura e discussão de textos teóricos;
- d) visita a acervos de partituras musicais presentes no Museu de Música de Mariana (Mariana/MG) e no acervo Curt Lange (Biblioteca Central da UFMG).

3.1 - O processo de inventariação e alguns resultados objetivos

Inicialmente, a equipe identificou onde estavam armazenadas as fontes musicais existentes no arquivo da Banda de Música do 3º BPM e, em seguida, foi feito contato com o Comandante do Batalhão para institucionalizar a parceria entre a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).

Com essa primeira abordagem, foi possível constatar que existem fontes musicais em quatro armários de aço com quatro gavetas cada. Todas as gavetas possuem uma pasta específica que identifica o gênero musical e os arranjos existentes, havendo, assim, um índice para cada partitura do arquivo. A partir da leitura dos

índices, o projeto teve início com a identificação e o registro dos gêneros musicais: hinos, canções e marchas. Todo o processo de inventariação foi devidamente registrado no Diário de Trabalho da equipe e, posteriormente, inserido em tabelas.

No primeiro trimestre do projeto, inventariamos os gêneros musicais, hinos, canções e marchas, totalizando de mais de 200 arranjos. Um trabalho árduo, cauteloso e muito gratificante. Mesmo sabendo que ainda estamos no início do trabalho, já foram encontrados manuscritos de integrantes da Banda que registram a memória e a identidade desta corporação musical, a exemplo de arranjos escritos por um dos membros fundadores, João Baptista Teixeira (1892-1900), e outros arranjos escritos por membros notáveis como Arnulfo Lisboa (1930-1950) e Edson Soares de Oliveira (1980-2000).

A equipe organizou e registrou também códigos antigos, detalhamentos sobre partes de instrumentos presentes nas grades das partituras, datas de composição ou transcrição das partituras, nome dos compositores e copistas, nomes atribuídos às obras, data de criação, indicação dos arranjos feitos e ausência de partes de



Vesperata em Aparecida
Fonte: arquivo de partituras do 3º BPM



Figura 1
Fonte: Arquivo de partituras do 3º BPM

instrumentos em algumas obras.

A maior parte das músicas registradas até o momento foi de hinos. Alguns não indicavam dedicatória ou data de criação e não possuíam sua grade completa, faltando algumas partituras de instrumentos específicos. Não sabemos o porquê do desaparecimento dessas partituras, mas, em conversa com integrantes da Banda, constatamos que existia uma tradição nas formações anteriores que o músico, quando estava preste a se aposentar, levava para sua casa partituras da música com a qual ele mais se identificava.

Destacamos que, em alguns desses hinos, foi possível ver dedicatórias apresentadas no verso, capa ou no final da partitura, destinadas a uma pessoa de grande relevância na época, a exemplo da Figura 1, cujo conteúdo expressa a seguinte informação: “Hynno – Offerecido ao Excm. Senr. Dor. Velloso, pelo Mestre da musica do 4º Corpo”.

Cada arranjo ali encontrado de um mesmo hino foi colocado em um papel plástico, a fim de preservar sua integridade física e mantê-lo

separado de outros arranjos. Estes foram registrados na Folha de Registro Físico.

A equipe registra em média 15 pastas por dia, dois a três arranjos para banda, quartetos, quintetos ou canto-coral. Tanto as cópias quanto as partituras originais foram mantidas na mesma pasta, separadas em diferentes envelopes plásticos².

A partir do inventário de parte do arquivo, datado dos séculos XIX e XX, foram mapeadas as origens do acervo da Banda de Música do 3º BPM. Foram encontradas partituras e arranjos de autoria do primeiro regente e fundador da Banda de Música do 3º BPM, Maestro João Baptista Teixeira. Registramos o primeiro arranjo da Banda de Música do 3º BPM, composto por esse Maestro e intitulado “Hino ao ex Senador Doutor Velloso”, escrito no ano de 1882.

2. Ressalta-se que o papel alcalino é o material mais adequado para se fazer um correto acondicionamento do arquivo. Contudo, não dispomos ainda de recursos para desenvolver essa etapa de tratamento do acervo.

Podemos notar nas Figuras 2 e 3 que os manuscritos ainda estão com uma boa inteligibilidade. Contudo, mediante a precariedade do acondicionamento e, também, a idade do papel, algumas partes já estão danificadas. É preciso fazer rapidamente uma análise mais detalhada da estrutura harmônica desse hino do século XIX.



Figura 2 - Fonte: arquivo de partituras do 3º BPM

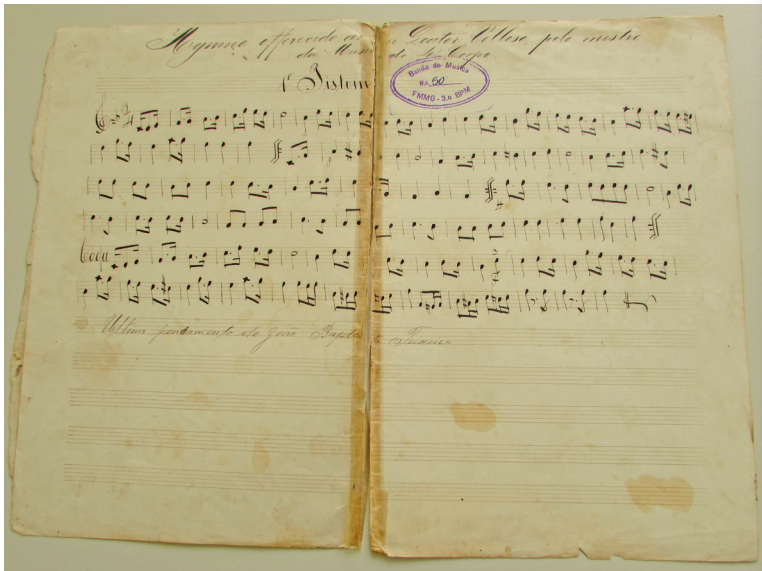


Figura 3 Fonte: arquivo de partituras do 3º BPM

4 - Considerações Finais

O inventário sobre o arquivo de partituras da Banda de Música do 3º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais está em fase de desenvolvimento, de modo que, em breve, com o término dessa etapa do trabalho, a equipe terá uma melhor noção da amplitude e do valor documental desse arquivo. Isso nos possibilitará aventar hipóteses sobre as estratégias identitárias projetadas pelos sujeitos nesses documentos, bem como também promover novas ações para conservação e divulgação do arquivo. ◀



Projeto integrado de conscientização infantil nos âmbitos da alimentação, higiene e sustentabilidade

Alessandro de Oliveira Rios: Instituto de Ciência e Tecnologia dos Alimentos - UFRGS
Acadêmicas em Engenharia de Alimentos: Luiza Strapasson Spolidoro, Valquíria Constancio Batista

O Programa de Educação Tutorial (PET) é constituído por estudantes universitários, intitulados “petianos”, sob a tutoria de um docente, formando grupos orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O grupo PET do Curso de Engenharia

de Alimentos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi criado em 2010 e soma aos mais de 800 outros grupos do programa, distribuídos em todas as regiões do Brasil. Com respeito ao pilar da extensão, diversos projetos vêm sendo desenvolvidos pelo grupo nos

Referências

ANGENOT, Marc. **Le discours social: problématique d'ensemble**. In: Gilles Bourque et alli (org). **Le discours social et ses usages**. Cahiers de recherche sociologique. V. 2, nº 1. Quebec: Montreal. 1984.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso – modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Une analyse semiolinguistique du discours**. *Langages*, 117. 1985, pp. 96-111.

COTTA, A.G., and BLANCO, PS., org. **Arquivologia e patrimônio musical** [online]. Salvador: EDUFBA, 2006.

COTTA, A.G. **O Tratamento da Informação em Acervos de Manuscritos Musicais Brasileiros**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Biblioteconomia da UFMG. Belo Horizonte, PPGCI, 2000.

FERNANDES, Antonio C.; CONCEIÇÃO, Wander J. **La Mezza Notte: o lugar social do músico diamantinense e a origem das Vesperatas**. Revista Voz de Diamantina. Diamantina: UFVJM, 2007.

FOUCAULT, M. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 1998.

últimos anos, especialmente aqueles direcionados ao público infantil, uma vez que muitos dos valores, atitudes e comportamentos do indivíduo como cidadão são desenvolvidos na primeira infância e levados à fase adulta. Sendo assim, a educação infantil é uma potencial ferramenta no processo de transformação social.

Além disso, a criança reflete em sua residência o que é vivenciado na escola, despertando o interesse ou curiosidade de seus pais, irmãos ou demais parentes próximos sobre dos conteúdos abordados em sala de aula, podendo dessa forma atuar como multiplicadora de conhecimento.

Para definir os temas a serem tratados com as crianças, levou-se em conta o contexto em que as mesmas estão inseridas: uma sociedade que cada dia se torna sedentária mais cedo, onde as crianças que há algumas décadas atrás costumavam jogar e brincar ao ar livre, migraram seu divertimento para o interior das residências, em frente à televisão; e mais recentemente, em frente aos computadores, videogames, *tablets*, celulares e demais aparelhos eletrônicos. Concomitantemente, os pais têm menos tempo para se dedicar à alimentação própria e a dos filhos, sendo limitados a uma alimentação altamente processada e comumente de baixa qualidade nutricional.

Associado as questões alimentares, os maus hábitos de higiene podem ocasionar doenças e eventualmente diminuir o desempenho da criança na escola, sua motivação para realizar atividades físicas e até mesmo interferir no seu desenvolvimento. Além disso, a temática ambiental vêm se tornando um tema mundial após catástrofes naturais que têm assolado o mundo nas últimas décadas, sendo de suma importância o desenvolvimento de ações que promovam uma atitude sustentável nas gerações atuais e futuras.

Assim, foram criados três projetos de extensão dedicados ao público infantil: “Mãe, quero ser Saudável”, “Sustentabilidade desde a infância” e

“Conhecendo o pequeno mundo”. Os projetos são aplicados pelo grupo PET do curso de Engenharia de Alimentos desde 2012, porém de forma independente, conforme disponibilidade e interesse das escolas. Entretanto, a partir de 2016, iniciou-se um processo de junção dos três projetos, cujos principais objetivos foram dar continuidade ao trabalho desenvolvido, criar um vínculo com as crianças e possibilitar a revisão dos conteúdos anteriormente trabalhados.

Apresentação dos Projetos de Extensão

“Mãe, quero ser saudável”

Tal projeto foi desenvolvido com base no relato do documentário intitulado “Muito Além do Peso”, o qual retrata a situação da obesidade infantil e doenças provenientes dos maus hábitos alimentares no Brasil e no mundo (MUITO ALÉM DO PESO, 2012). O principal problema relacionado ao aumento da obesidade é a mudança no panorama nutricional da população, principalmente a brasileira, que vive um processo de transição nutricional, com o aumento da obesidade entre as crianças, problema este atribuído principalmente aos hábitos alimentares inadequados e ao sedentarismo (FREITAS, 2007).

Desta forma, o projeto “Mãe, quero ser saudável!” tem como objetivo mostrar para as crianças os malefícios do consumo excessivo de produtos com pouco valor nutricional, tais como salgadinhos e refrigerantes; além de instigar as crianças pela escolha por uma alimentação mais saudável e pela prática de atividade física regular. Para aplicação do projeto, os alunos do grupo PET visitam escolas de forma a mostrar para as crianças a importância de uma alimentação saudável e os perigos e consequências de uma má alimentação associada ao sedentarismo precoce.

“Conhecendo o pequeno mundo”

Esse projeto tem por objetivo apresentar a

crianças dos anos iniciais do ensino fundamental a importância dos cuidados com a higiene pessoal, bem como com o armazenamento e manipulação de alimentos, sendo introduzidos conceitos básicos de microbiologia geral e aplicada aos alimentos. Além disso, destaca-se a relevância da aplicação de práticas higiênicas para a manutenção da saúde pública e prevenção das doenças transmitidas por alimentos (DTAs).

No projeto exemplifica-se que, em relação a higiene pessoal, medidas simples, tais como lavagem das mãos com água e sabão comum, são eficazes no combate a infecções. Programas de educação que promovem o hábito de lavar as mãos, principalmente em países em desenvolvimento, acarretam uma diminuição significativa na incidência de doenças infecciosas, em especial, de diarreias (Luby, 2001).

Em relação à DTAs, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) sugerem que 70% dos casos de enfermidades transmitidas pelos alimentos sejam oriundos do manuseio inadequado pelo consumidor final. Também, a Autoridade Europeia de Segurança dos Alimentos mostra que a maioria dos casos de DTAs tem origem no domicílio (European Food Safety Authority, 2015). Neste contexto, destaca-se a importância da manutenção de hábitos adequados por parte das famílias, tanto no preparo quanto no armazenamento dos alimentos.

“Sustentabilidade desde a infância”

O projeto foi elaborado com o intuito de auxiliar as crianças em sua formação como sujeitos responsáveis do ponto de vista socioambiental. A educação ambiental não se restringe à proteção e uso sustentável de recursos naturais, mas incorpora fortemente a proposta de construção de uma sociedade sustentável. De acordo com a Lei N° 9.795 – Lei da Educação Ambiental, em seu Art. 2º: “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional,

devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (BRASIL, 1999). O objetivo do projeto é promover nas crianças a reflexão sobre a importância das práticas sociais e desenvolver atitudes diárias de respeito ao meio ambiente e à sustentabilidade.

Sustentabilidade é o termo utilizado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. Desta forma, a sustentabilidade está diretamente relacionada com o desenvolvimento econômico e material, sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro. Seguindo estes parâmetros, a humanidade pode garantir o desenvolvimento sustentável.

As instituições de ensino criam os cidadãos, os administradores de empresa, os arquitetos, os engenheiros, aqueles que fazem o mundo. Elas possuem a capacidade de modificar o pensamento e é premente que o façam para que os futuros habitantes desse planeta tenham uma consciência engajada e responsável com relação ao ambiente (Hawken et al., 1999).

Embasando-se nesse posicionamento, é fundamental conscientizar gerações atuais e futuras sobre a importância do equilíbrio entre as relações, tanto interpessoais quanto entre homem e meio ambiente e, principalmente, reverter o conhecimento teórico em atitudes cotidianas. Ainda, é importante entender que a escola assume vital importância para a consolidação desse processo por ser um espaço social capaz de formar consciências.

Apresentação dos Projetos nas Escolas

A apresentação dos projetos nas escolas são divididas em quatro encontros. No primeiro, são abordados as temáticas referentes ao projeto

“Mãe, quero ser saudável”; onde as crianças são questionadas sobre seus hábitos alimentares e respondem o que costumam comer em seu dia-a-dia através de recortes de desenhos de alimentos em revistas (Figura 1). Logo depois, ocorre a explicação dos tipos de constituintes dos alimentos, tais como carboidratos, proteínas, vitaminas, fibras, gorduras e qual sua função no organismo. Para compreensão das crianças há uma breve apresentação sobre a quantidade de açúcares e gorduras presentes em alguns alimentos, como por exemplo em bolacha recheada, refrigerante, suco em pó, bebida láctea de chocolate, etc. Também é explicada a forma correta da leitura do rótulo de um alimento, orientando as crianças sobre as quantidades de cada ingrediente.



Figura 1 - Atividades interativas como desenhos, recorte de revistas e expressão das crianças são incentivadas na realização dos projetos.

No segundo encontro são tratados os temas do projeto “Conhecendo o pequeno mundo”. Em um primeiro momento, é feita uma apresentação mostrando os principais problemas da falta de higiene e explica-se o que são microrganismos, as formas nas quais estes podem estar presentes

nos alimentos. Os petianos demonstram como realizar a lavagem correta das mãos e como deve ser feita a higienização dos alimentos antes do consumo.

Também são apresentados os benefícios dos microrganismos, uma vez que nem todos são maléficos ao ser humano. Neste caso, são apontados que estes estão presentes no intestino de todos os seres humanos e nos ajudam na digestão dos alimentos; além de poderem estar presentes em muitos alimentos comuns do nosso dia-a-dia (pães, queijos, iogurte).

Em um segundo momento é realizada a atividade chamada “estragando o mingau”, cujo intuito é fazer com que as crianças percebam a necessidade de armazenar corretamente os alimentos para que eles não se deteriorem. Prepara-se um mingau com amido de milho e água, mistura-se e leva-se ao fogo até engrossar. Coloca-se o mingau ainda quente até a metade em três copinhos plásticos: o primeiro copo fica aberto, em cima da mesa, o segundo copo cobre-se com filme plástico, vedando-o, e esse também é deixado sobre a pia e o terceiro é colocado na geladeira, sem cobertura. Observa-se com a turma em qual mingau apareceram as primeiras alterações.

O terceiro encontro, conforme disponibilidade das escolas e dos professores, é reservado para o projeto “Sustentabilidade desde a infância”, no qual é feita uma apresentação que mostra os principais problemas atuais que envolvem o homem e o meio ambiente. Os petianos apresentam como tal situação pode ser revertida através de práticas cotidianas, tanto dentro quanto fora de casa, promovendo o desenvolvimento de uma consciência sustentável. Ao final da apresentação, caso haja disponibilidade da instituição de ensino, são plantadas mudas de flores, chás e temperos em vasos de garrafa PET (Figura 2) e são confeccionados cartazes, representando os lixos seco e orgânico.

O quarto e último encontro é realizado para a



Figura 2 - Mudas de flores, chás e temperos plantados em vasos de garrafa PET, no último encontro na Escola Estadual de Ensino Fundamental Imperatriz Leopoldina.

integração dos três projetos. A atividade é baseada na realização de uma aula prática na cozinha da própria escola, onde as crianças, com o auxílio dos petianos, preparam um bolo utilizando como ingredientes resíduos alimentícios; como cascas, sementes e talos que frequentemente possuem consideráveis quantidades de fibras, vitaminas, minerais e certos compostos bioativos (Figura 3).



Figura 3 - Alunos e petianos no preparo de um bolo com casca de bergamota – um ingrediente em potencial geralmente desperdiçado.

Este é um momento crucial para a conexão dos conhecimentos adquiridos nos encontros anteriores, pois é estimulada a correta lavagem das mãos e a conservação dos alimentos (que remete às informações de higiene e microbiologia do projeto “Conhecendo o Pequeno Mundo”), a alimentação saudável (referente ao projeto “Mãe, quero ser saudável”) e o aproveitamento integral dos alimentos, que além da questão sustentável

(Sustentabilidade desde a infância), pode conferir um maior aporte de macro e micronutrientes. Além disso, são utilizados a farinha integral em substituição à farinha branca, e açúcar mascavo, em substituição ao açúcar refinado.

Resultados

Em 2016, os três projetos foram aplicados na modalidade unificada em cinco entidades educacionais, sendo a Escola Estadual de Ensino Fundamental Imperatriz Leopoldina, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Ivo Corseuil e a Associação das Famílias em Solidariedade (AFASO) localizadas em Porto Alegre (RS); a Escola Estadual de Ensino Fundamental Demétrio Berté situada no município de Putinga (RS); e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Antônio de Pádua, em Venâncio Aires (RS). Em 2017 o projeto está sendo apresentado na Escola Municipal Deputado Victor Issler, localizada no Bairro Rubem Berta, em Porto Alegre.

As atividades propostas pelos projetos procuram aproximar as crianças dos hábitos de alimentação saudável e de higiene pessoal. Além disso, foca-se também na sustentabilidade visando auxiliar as crianças em sua formação como sujeitos responsáveis do ponto de vista socioambiental.

Cada uma dessas escolas participantes do projeto proporcionou uma experiência diferente para o grupo PET do curso de Engenharia de Alimentos. Na E.E.E.F. Professor Ivo Corseuil teve-se a primeira oportunidade de conversar com alunos do quinto ao nono ano do ensino fundamental. Por sua vez, na escola E.E.E.F. Demétrio Berté houve uma participação da comunidade como um todo, sendo que nas atividades foram envolvidos os professores, alunos, pais e avós das crianças. Na AFASO, que trata-se de uma associação que acolhe as crianças no turno inverso ao turno das aulas, foi possível desenvolver as atividades propostas fora da carga horária regular

de aulas das crianças. Na Escola Municipal Deputado Victor Issler os projetos ainda estão sendo executados, sendo que o mesmo já foi apresentado para 6 turmas de segundo e terceiro anos.

Os projetos tiveram ótima receptividade por parte das crianças e dos professores, sendo bastante elogiados pelos mesmos. Os alunos têm sido participativos, fazendo vários questionamentos e demonstrando grande interesse pelos temas abordados. A maioria das crianças não conheciam os benefícios de uma alimentação saudável e também desconheciam os malefícios que o mau armazenamento dos alimentos pode acarretar. Também desconheciam a quantidade de açúcar presente em alimentos como refrigerante, bolacha recheada e bebida láctea. Com a realização do projeto as crianças também puderam aprender mais sobre o processo de produção de alimentos como queijos, iogurtes, *nuggets* e salsichas.

Além do conhecimento repassado para os alunos, professores e pais, os petianos também tiveram uma ótima oportunidade de troca de experiências e de vivências com as visitas às escolas.

A apresentação dos projetos propiciou o desenvolvimento e a discussão da problemática com o público-alvo, com o envolvimento e interesse dos mesmos, tendo como ápice o conhecimento aprendido em sala de aula repassado aos familiares. Percebeu-se que durante a apresentação

as crianças interagiram de forma espontânea, respondendo aos questionamentos e realizando diversas perguntas, o que é um indicador de resultados satisfatórios para o projeto.

Considerações Finais

Os três projetos de extensão do grupo PET do curso de Engenharia de Alimentos destinados ao público infantil, quando aplicados de maneira unificada, promoveram, pela percepção dos apresentadores, resultados mais satisfatórios do que as apresentações individuais de cada um dos projetos; uma vez que foi possível realizar um acompanhamento das turmas, reforçar conhecimentos e envolver mais as crianças, dando continuidade ao pensamento e ao relacionamento dos petianos com a escola e as turmas.

Assim, sugere-se para as ações de extensão realizadas em outras áreas do conhecimento, a integração e a continuidade dos projetos, tendo em vista os resultados positivos obtidos pelo grupo e aqui relatados.

Escolas que tenham interesse em participar dos projetos podem obter maiores informações através da página do grupo PET Engenharia de Alimentos na internet (<http://www.ufrgs.br/petalimentos/>) ou entrar em contato via e-mail: petengenhariadealimentosufrgs@gmail.com ◀

Referências

BRASIL. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. Lei nº 9.795: **Regulamento Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Brasília/DF, 1999.

EUROPEN FOOD SAFETY AUTHORITY. **The European Union Summary Report on Trends and Sources of Zoonoses, Zoonotic Agents and food-borne outbreaks**, 2015.

FREITAS JUNIOR, IF. **Sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes brasileiros.** Salusvita 2007; 26 (2): 125.

HAWKEN, P.; LOVINS, A.; LOVINS, L. H. **"Capitalismo natural - criando a próxima revolução industrial"**. São Paulo, 1999.

LUBY, S. **The role of handwashing in improving hygiene and health in low-income countries.** Am. J. Infection Control, 2001.

MUITO ALÉM DO PESO. Direção de Estela Renner. Produção de Maria Farinha. Realização de Instituto Alana. Música: Luiz Macedo. S.i: Maria Farinha Filmes, 2012.



Destaque do
Salão de EXTENSÃO UFRGS 2016

Jogos teatrais e Viewpoints em uma escola municipal de Porto Alegre: a experiência do projeto de extensão Teatro e dança com alunos surdos IV

Sergio A. Lulkin: Faculdade de Educação (FACED/UFRGS)

Marcia Berselli: Licenciatura em Teatro (UFSM) e Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas (UFRGS)
Acadêmica do Curso de Licenciatura em Teatro (UFRGS): Priscila Lourenzo Jardim



“Teatro e Dança com Alunos Surdos” é um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em parceria com

a Escola Municipal de Ensino Fundamental de Surdos Bilíngue Salomão Watnick (Porto Alegre). Em 2016 foi realizada a quarta edição, sob a

coordenação do professor Sergio Lulkin, orientação da professora Marcia Berselli e as bolsistas Priscila Lourenzo Jardim e Cátia Weiler, advindos das áreas do Teatro e da Educação. Nesse mesmo ano o projeto foi destaque nas tertúlias do Salão de Extensão, fato que possibilita ampliar a difusão do trabalho. Tal dimensão também faz parte de um aprendizado acadêmico-científico, com a aproximação de extensão, ensino e pesquisa.

O projeto realiza oficinas de teatro e dança para público de alunos surdos da EMEF Salomão Watnick, semanalmente, com a duração de uma hora. As oficinas, ministradas por estudantes do Curso de Licenciatura em Teatro, são desenvolvidas em ajustamentos entre Português – língua das facilitadoras – e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) – língua dos alunos.

Em 2013, primeiro ano das oficinas, o objetivo estava centrado no desenvolvimento de práticas cênicas com os alunos, investigando ajustamentos e transformações necessárias aos jogos de teatro que tradicionalmente são desenvolvidos por ouvintes e para ouvintes. Com o seguimento das oficinas nos anos posteriores, a proposta foi ampliada, abarcando práticas de dança, tais como o Contato Improvisação, bem como práticas de registro das atividades pelos próprios alunos surdos. Para tanto, os estudantes foram capacitados no registro em fotografia e vídeo e puderam compor um material visual a partir de seus pontos de vista sobre as práticas cênicas.

Também, no ano de 2015, na terceira edição do projeto, o grupo de pesquisa então formado pelo Dr. Sergio Lulkin, pela facilitadora Marcia Berselli e pelo bolsista aluno do Curso de Design de Produto Jonas Ferrari, em parceria com a Gráfica da UFRGS, desenvolveu o Guia Teatro Flexível, apresentando um material didático criado a partir das atividades realizadas nas oficinas. O guia apresenta propostas para os interessados em desenvolver atividades de teatro e dança com alunos surdos, mas pode ser também utilizado por outras comunidades de interesse.

Por sua vez, na quarta edição do projeto de extensão Teatro e dança com alunos surdos IV, o foco das práticas e da pesquisa esteve centrado na investigação do sistema de improvisação e composição *Viewpoints*. Apesar do foco específico, o trabalho retomou proposições e conteúdos desenvolvidos nos anos anteriores, tais como a investigação de Contato Improvisação e sua relação com jogos teatrais. Dessa forma, os encontros mesclavam exercícios corporais, jogos teatrais e propostas de *Viewpoints*.

O Sistema Viewpoints

Inicialmente, os *Viewpoints* foram desenvolvidos pela bailarina e coreógrafa Mary Overlie e eram apenas seis. Posteriormente, foram adaptados e desenvolvidos para atores pela diretora norte-americana Anne Bogart, juntamente com Tina Landau e os integrantes da *SITI (Saratoga International Theatre Institute) Company*.

Os *Viewpoints* são organizados em físicos, divididos em espaço e tempo, e vocais. Com isso, eles passaram a ser nove: tempo (a velocidade do movimento); duração (tempo de duração de um movimento); resposta *kinestésica* (reação espontânea/instintiva a um movimento exterior ao seu); repetição (a interna quando o jogador repete seu próprio movimento, e a externa quando o jogador repete o movimento de outra pessoa); forma (o contorno ou as linhas que os corpos fazem no espaço); gestos (uma forma com início, meio e fim); relação espacial (as distâncias entre as coisas no espaço); arquitetura (a estrutura que compõe o espaço); e topografia (o trajeto desenhado pelo deslocamento e movimentos dos corpos no espaço). Dessa forma, os *Viewpoints* de espaço são: forma, gestos, relação espacial, arquitetura e topografia; os de tempo são: tempo, duração, resposta *kinestésica* e repetição.

Após um período de instrumentalização com os *Viewpoints*, os participantes passam a realizar composições cênicas que utilizem as



competências desenvolvidas em relação ao corpo no tempo-espaço.

As oficinas

A investigação dos *Viewpoints* com os participantes se deu através da retomada de alguns jogos teatrais que eles já conheciam das oficinas anteriores, como, por exemplo, o “jogo da caminhada com pausa”, “jogo dos três níveis”, “exercício do espelho”, “mestre dos movimentos”, entre outros. A facilitadora da oficina também estava atenta à recepção dos alunos aos exercícios propostos e quais eram as dificuldades, para assim trabalhar com outros exercícios que pudessem auxiliá-los de acordo com os objetivos das propostas. Após certo tempo retomando os exercícios e jogos que o grupo já conhecia, outras propostas passaram a ser desenvolvidas, inserindo aos poucos novos elementos

nos exercícios que eles haviam vivenciado anteriormente. Dessa forma, a “caminhada com pausa”, por exemplo, foi sendo transformada gradualmente na “caminhada com contágio”, proposta vinculada aos *Viewpoints*. Para tanto, primeiro foram inseridas diferentes velocidades, além das pausas, e depois, gradualmente, foram inseridos os níveis e as demais indicações necessárias.

O encontro das oficinas é organizado de uma forma que permitia com que os alunos tivessem o domínio de cada etapa da aula. Dessa forma, a aula segue uma estrutura fixa: inicia com uma conversa sobre o encontro anterior, seguida de uma proposta de massagem/manipulação corporal em círculo, um exercício teatral servindo como aquecimento, um jogo teatral preparando os participantes para a improvisação, e por fim, a improvisação ou composição. No decorrer dos encontros, novos jogos e exercícios foram propostos com o objetivo

de atender as necessidades do grupo, de acordo com as observações da facilitadora às respostas do grupo. Entretanto, também buscamos respeitar o desejo dos alunos quando da sua proposição de exercícios e jogos a partir de seus interesses e afinidades.

Além disso, um dos objetivos da oficina na edição de 2016 foi não só experimentar os *Viewpoints* e os jogos teatrais, como também continuar promovendo que, através das propostas dos encontros, os alunos mais experientes se exercitassem na função de facilitadores, explicando as orientações dos jogos aos colegas com menos experiência.

Troca de conhecimentos: formação de alunos e formação de professores

Fazer parte do projeto de extensão Teatro e dança com alunos surdos IV, proporcionou uma experiência transformadora à acadêmica do Curso de Licenciatura em Teatro mais envolvida com as práticas da oficina. A experiência possibilitou que a aluna se aproximasse de práticas e buscasse estudar conteúdos que até então eram desconhecidos para ela. Ao participar do projeto, a estudante aprofundou seu estudo de LIBRAS, de modo a uma melhor comunicação com os alunos surdos. Na experiência de aprendizagem da LIBRAS, também aprendeu sobre a cultura, a literatura e a comunidade surdas. Por exemplo, teve conhecimento de que, diferente do que imaginava, a LIBRAS não é o português sinalizado e sim a segunda língua oficial do Brasil, com sua própria gramática e estrutura.

Todos os idiomas fazem parte da cultura de uma comunidade, e com a LIBRAS não é diferente. Em contato com os alunos da escola e com os professores surdos da Universidade, juntamente com as experiências trocadas com o grupo de estudos do projeto, a acadêmica pôde tomar conhecimento sobre a literatura, histórias e piadas surdas. Sendo um dispositivo muito utilizado pela comunidade, as piadas surdas estão disponíveis

no *Youtube* e, através delas, os surdos também compartilham suas experiências. Estas e outras narrativas gravadas em vídeo e disponibilizadas em plataformas virtuais são importantes artefatos da cultura surda, nos quais a comunidade reflete sobre o que é ser surdo, sobre a dificuldade que os ouvintes têm de se comunicar com eles por não saberem LIBRAS, entre outros diversos assuntos.

Tendo contato com esses materiais, refletindo sobre a cultura surda a partir de diversos elementos compartilhados pelos alunos da escola, a estudante de licenciatura repensou seus conhecimentos sobre a área do teatro e sobre como as práticas são geralmente desenvolvidas. A maioria dos exercícios de teatro têm as instruções apresentadas durante o seu desenvolvimento. Será que funcionaria se essas instruções fossem apresentadas somente antes e depois do exercício? Afinal, com a aula sendo desenvolvida em LIBRAS, não seria possível seguir dando indicações enquanto os alunos estão movimentando-se pelo espaço. A LIBRAS é uma língua visual-gestual, e é necessário que todos estejam com um bom campo de visão para acompanhar as indicações do facilitador. Como explicar uma noção teatral em uma língua que não se domina completamente e para pessoas que tem vivências diferentes das do facilitador?

Na turma que participava da oficina, havia três alunos que já atuavam no projeto desde a sua primeira edição, em 2013. Com isso, quando do início das atividades da estudante de Teatro em 2016, esses acadêmicos já tinham mais experiências sobre a oficina do que a aluna em questão. Além disso, eles já se exercitavam nos anos anteriores como facilitadores/monitores da aula. Dessa forma, quando conheciam as propostas teatrais que eram apresentadas nos encontros da oficina, esses alunos faziam o exercício de eles mesmos explicarem para seus colegas as regras e indicações das propostas e os auxiliavam durante o jogo. Por exemplo, depois de praticarmos algumas vezes o jogo “Cinto de Segurança”, um dos alunos-monitores explicou para os demais

as instruções do jogo a partir da sua própria experiência e, ainda, com o domínio da LIBRAS. Dessa forma, os seus colegas entenderam melhor o jogo e se mostraram mais engajados durante o exercício. Entretanto, durante a execução do jogo, notou-se que um aluno ainda demonstrava dificuldade. Então, outro monitor explicou a proposta direta e calmamente ao seu colega. Ao perceber a situação, outra aluna ajudou o colega a demonstrar um exemplo do jogo e, através desse auxílio, todos conseguiram entender de forma clara a proposta do jogo.

Através disso, os alunos-monitores se apropriaram das formas de ensinar, ganhando visibilidade por suas experiências prévias e assumindo o protagonismo na condição de facilitadores no momento em que explicavam as propostas para os seus colegas em LIBRAS. Com o domínio da língua e dotados dos modos particulares de comunicação próprios da idade do grupo de alunos, e com a supervisão e acompanhamento da acadêmica facilitadora das oficinas, os alunos-monitores se apropriavam do jogo teatral, que passava a não ser mais um jogo de ouvintes para ouvintes, mas era transformado a partir da própria experiência em um jogo teatral de surdos. Além disso, tanto os alunos quanto os monitores experienciaram os *Viewpoints* e, ao longo da oficina, percebeu-se que até os mais tímidos e com maiores dificuldades de expressão e comunicação estavam mais participativos e confiantes durante as aulas. Percebeu-se também que eles desenvolveram maior autonomia e confiança para indicar o interesse no desenvolvimento de determinada proposta teatral ou mostrar cenas e imitações que os interessavam e as quais eles desejavam compartilhar com a facilitadora e demais colegas.

Dessa forma, podemos perceber que o projeto “Teatro e dança com alunos surdos IV” foi uma troca de conhecimentos entre a estudante de Licenciatura em Teatro e os alunos da EMEF de Surdos Bilíngue Salomão Watnick. No desenvolvimento de conhecimentos e saberes acerca

do fazer teatral, a experiência transformou a formação dos dois núcleos envolvidos: os alunos da escola. E a graduanda, que pôde repensar os conhecimentos aprendidos na Universidade em contato com os alunos surdos através da experiência teatral compartilhada no espaço escolar. Esse parece ser um dos aspectos de destaque da Extensão, a oportunidade dos espaços se inter-relacionarem, dos saberes de grupos diversos se encontrarem, potencializando as experiências formativas e promovendo o contato tão necessário entre universidade e comunidade. ◀

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora

Jane Fraga Tutikian

Pró-Reitora de Extensão

Sandra de Deus

Revista da Extensão nº 15

Porto Alegre, novembro de 2017.

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Editora

Claudia Porcellis Aristimunha

Editor Assistente

Vicente Fernandes Dutra Fonseca

Projeto gráfico e diagramação

Paulo Baldo

Revisão

Marcos Almeida Pfeifer

Vicente Fernandes Dutra Fonseca

Conselho Editorial

Enock da Silva Pessoa (Universidade Federal do Acre)

Deise Cristina de Lima Picanço (Universidade Federal do Paraná)

Fernando Arthur de Freitas Neves (Universidade Federal do Pará)

George França dos Santos (Universidade Federal do Tocantins)

Geraldo Ceni Coelho (Universidade Federal da Fronteira Sul)

Gustavo Menéndez (Universidad Nacional del Litoral - Argentina)

José Antônio dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Pantelis Varvaki Rados (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Paulo Henrique Caetano (Universidade Federal de São João Del Rey)

Regina Agramonte Rosell (Universidad de las Artes - Cuba)

Presidente do Conselho Editorial

Sandra de Deus (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Impressão: Gráfica da UFRGS

Normas para submissão de artigos

Os artigos deverão ser encaminhados para o endereço revistadaextensao@proext.ufrgs.br no seguinte formato:

Artigos: textos inéditos resultados de atividades de extensão ou reflexões relativas à extensão universitária caracterizando-se como contribuição ao conhecimento sobre o tema. Os artigos devem seguir as normas da ABNT, conter título, autor e titulação, e-mail e instituição, devendo contemplar aspectos formais que indiquem introdução, fundamentação teórico-metodológica, resultados, considerações finais e referências que não excedam 08 publicações/citações. A ordem dos autores, com o máximo de 4, deve obedecer à hierarquia do desenvolvimento do projeto ou programa de extensão a que se vincula o artigo.

Formato: máximo de 10 páginas (fonte Times New Roman; espaço 1,5; tamanho 12; margens 2,5 cm), incluindo imagens, referências e notas.

Importante: os artigos devem conter ao menos 3 ilustrações, uma vez que a Revista é uma publicação ilustrada. O assunto do e-mail que contenha o artigo deve ser identificado com o nome do principal autor.

Figuras (fotografias, imagens e gráficos), Tabelas e Quadros: devem ser enviados com resolução mínima de 300 DPI, legendados com fonte/créditos do autor, ter espaço/local marcados no texto e ser enviados em arquivos separados como anexos.

Orientações para o envio de artigos: os artigos deverão ser encaminhados em Microsoft Word 97-2003 ou superior. Anexar arquivo em formato ZIP ou RAR, no qual serão incluídas as Figuras, Tabelas e Quadros, em JPG. Os anexos deverão ser legendados, numerados e ter identificada a sua inserção no texto, por exemplo: Figura 1; Quadro 2, Tabela 3.

Normas para avaliação de artigos

Os artigos encaminhados serão avaliados por dois integrantes da Conselho Editorial. Caso haja necessidade, também serão encaminhados para avaliadores *ad hoc*. Os processos de avaliação e seleção têm como critérios: as normas estabelecidas para a submissão de artigos; a relevância social do tema; a consistência teórica e metodológica da proposta; a originalidade e a qualidade argumentativa do texto. Os pareceres são revisados pelo Conselho Editorial da Revista e classificados em aceito, aceito com restrição e não aceito. Os trabalhos aceitos com restrição serão devolvidos aos autores para as modificações solicitadas pelos pareceristas. Os autores terão o prazo máximo de 07 dias para reenviar o texto alterado ao endereço eletrônico da Revista da Extensão.



Acesse a versão digital da Revista da Extensão em www.revistadaextensao.ufrgs.br

Revista da Extensão



A Extensão vista de perto
Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110, 5º andar, Bairro Farroupilha
CEP 90046-900 - Porto Alegre / RS
(51) 3308 3436 / 3308 3379

www.prortext.ufrgs.br
revistadaextensao@prortext.ufrgs.br